

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO
CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
NORTE DE MINAS – IFNMG CAMPUS JANUÁRIA**

EVERTON LOPES GUIMARÃES

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS
GERAIS – IFNMG - CAMPUS JANUÁRIA**

EVERTON LOPES GUIMARÃES

Sob a orientação da Professora
Dra. Lia Maria Teixeira Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.


**Seropédica, RJ
Agosto de 2011**


UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA


EVERTON LOPES GUIMARÃES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20/06/2011.


Lia Maria Teixeira de Oliveira, Dra. UFRRJ


Lucília Augusta Lino de Paula, Dra. UFRRJ


Maria do Socorro Bezerra de Lima, Dra. UFF

373.246

G963t

T

Guimarães, Everton Lopes, 1968-

A trajetória profissional dos egressos do curso técnico em agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - IFNMG - Campus Januária /Everton Lopes Guimarães - 2011.

71 f.: il.

Orientador: Lia Maria Teixeira Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 44-47.

1. Formação profissional - Análise - Teses. 2. Ensino agrícola - Teses. 3. Ensino técnico - Teses. 4. Mercado de trabalho - Teses. 5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (Campus Januária) - Teses. I. Oliveira, Lia Maria Teixeira, 1957-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

*“Não basta ter belos sonhos para realizá-los.
Mas ninguém realiza grandes obras se não for capaz de sonhar grande.
Podemos mudar o nosso destino,
Se não nos dedicarmos à luta pela realização de nossos ideais.
É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho;
De examinar com atenção a vida real;
De confrontar nossa observação com nosso sonho,
De realizar escrupulosamente nossa fantasia.
Sonhos, acredite neles.”
(Lenin)*

“É melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias mesmo expondo-se a derrota, do que formar fila com os fracos e covardes que nem sofrem muito e nem gozam muito, pois não conhecem vitória nem derrota”.

(Theodore Roosevelt)

DEDICATÓRIA

A Deus por ter me guiado nesta jornada, apontando-me o caminho.

Aos meus pais, Elton e Leny, que me deram a vida, e com dedicação me ensinaram a viver com dignidade.

A minha esposa Shirley, a minha filha Loren e meu filho Eric, pela ausência e pela falta, às vezes, de paciência.

A minha orientadora Professora Dra. Lia Maria Teixeira, pela condução deste trabalho.

Aos egressos do Curso Técnico em Agropecuária do IFNMG - Campus Januária que colaboraram com informações para a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A DEUS

Grandes foram às lutas e, em todos os momentos, Tu te fizeste presente, me dando força quando já não mais havia. Que me animou a seguir em frente quando a minha vontade era de desistir. Dia a dia, pude sentir a Tua mão em minha mão, transmitindo a segurança necessária para alcançar esta vitória. Sem o Senhor seria impossível chegar até aqui. Obrigado por ter me dado forças para vencer os obstáculos, por ter me feito forte, não permitindo que o cansaço me dominasse e se conseguisse chegar a este ideal. Mais que a todo mundo, devo ao Senhor.

AOS MEUS PAIS

De vocês recebi o dom mais precioso, que é a vida, me revestindo de amor, carinho e dedicação, ensinando-me a vivê-la com dignidade. Cultivaram em mim, quando criança, todos os valores que me transformaram em uma pessoa íntegra, responsável e consciente. Sou o que sou hoje, às custas dos seus sacrifícios. Quantas vezes vocês não se doaram e renunciaram aos seus sonhos, para que muitas vezes, eu pudesse realizar os meus? Foram vocês que abriram a porta do meu futuro, iluminando meu caminho com a luz mais brilhante que puderam encontrar, mesmo sem tê-los: o estudo. E por isso sou infinitamente grato. Agradeço a vocês por mais esta conquista com a mais profunda admiração e respeito. Venci, pois tive durante toda a minha caminhada o amor e o apoio incondicional de vocês. Obrigado.

A MINHA ESPOSA E FILHOS

Shirley, quantas vezes tu foste força, tu foste paciência, tu foste acalento? Hoje, eu gostaria que você vibrasse comigo. Não porque eu venci, mas porque juntos vencemos mais um desafio em nossas vidas. E que diante dos próximos, Deus permita estarmos juntos, eu, você, Loren e Eric, para mais fortes podermos enfrentá-los. No mérito de minhas conquistas, há muito da presença de vocês. Obrigado pelo amor, carinho e pela compreensão, principalmente nas horas de ausência.

AOS MEUS IRMÃOS

Por muitas vezes não me fiz presente, por muitas vezes não sorrimos juntos, por muitas vezes caminhamos separados, por muitas vezes não falei o quanto amo vocês. Muitas vezes quiseram contar um caso, compartilhar uma dúvida ou um problema, e não me encontraram. Muitas vezes buscaram um sorriso e eu estava cheio de pressa, compromissos, viagens, trabalhos, estágios... Vocês respeitaram profundamente a minha maneira única de ser.

A MINHA ORIENTADORA

Chegamos ao final de uma caminhada, que parece ter começado ontem. Cheguei assustado e ansioso, o início era confuso e incomum, mas você me acolheu com todo carinho e me orientou na minha formação. Obrigado, professora Dra. Lia Maria Teixeira, pela generosidade, disponibilidade e sabedoria. Agradeço-lhe sinceramente as incontáveis horas que me dedicou, ora lendo meu trabalho, ora me fornecendo valiosas sugestões. Em meio ao nosso caminho nos deparamos com pessoas especiais, você, com certeza, foi uma delas.

A UFRRJ

"O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele". (Immanuel Kant)

Como base de conhecimento e referência em educação, nas pessoas dos queridos professores, idealizadores do PPGA, Gabriel Santos e Sandra Sanchez que provaram que só se atingem

objetivos aqueles que acreditam em sonhos. Agradeço e compartilho essa grande vitória com vocês.

AO IFNMG

Na condição de professor deste renomado instituto, que de forma primorável vem elevando o nível educacional da nossa tão sofrida região, agradeço, na pessoa do Diretor Professor Ms. João Carneiro Filho, pela liberação e apoio concedidos para realização desta pesquisa. Agradecer é pouco diante do que me foi oferecido. Prometo que, no exercício da minha profissão, irei, sinceramente, honrar a árdua missão, a mim confiada, de transmitir aos alunos o doce, satisfatório e infindável caminho do conhecimento.

AOS COLEGAS DE MESTRADO

Um dia, deste dia, só restarão recordações vagas e distantes. E que, mesmo agora, quando cada um de nós parte em busca do seu caminho, não se apaguem ou esmaeçam os brilhos do companheirismo. Valeu galera, pelos bons momentos que compartilhamos.

AOS PROFESSORES

“Como pesquisador da complexa inteligência humana não me curvaria diante de nenhuma autoridade política e de nenhuma celebridade, mas me curvaria diante de todos os professores do mundo. São eles que podem mudar o teatro social. São eles os autores insubstituíveis.”

(Augusto Cury)

Vocês que me guiaram além das teorias, das filosofias e das técnicas, expresse o meu agradecimento e o meu profundo respeito que sempre serão poucos diante do que foi oferecido para o meu aprimoramento profissional.

AOS AMIGOS

Amigo é coisa para se guardar
Do lado esquerdo do peito
Mesmo que o tempo e a distância diga não.

(Fernando Brant)

Agradeço, principalmente, pela ausência.

AOS QUE ME APOIARAM

Jamais poderemos compreender o que o outro espera de nós. Mas é preferível, mesmo errando, a nada fazer pelo medo de errar. Aos que buscaram ajudar, minha eterna gratidão, aos que não acreditaram que chegaria até aqui, e que por algum motivo só trouxe obstáculos, sou grato também, pois dificuldades são para vencer. Eis aqui a minha vitória.

Divido, com todos, Cida Colares, pelo incentivo, Paulo Henrique, Érica Tupiná, Fernando (Fruto do Cerrado), IF Sudeste – Campus Rio Pomba, funcionários do PPGEA, alunos e funcionários do IFNMG – Campus Januária, essa vitória. Vocês compartilharam comigo. A todos que me deram um voto de confiança, acolhendo-me para estágios, trabalhos e pesquisas. Essa vitória é nossa.

AOS EGRESSOS DO IFNMG

A todos os egressos do Curso Técnico em Agropecuária que confiaram em mim com informações para que este trabalho pudesse ser realizado. Gostaria de agradecer e compartilhar essa grande vitória e dizer-lhes muito obrigado.

AOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Meus sinceros agradecimentos as professoras Dr^a. Lucília Lino de Paula e Dr^a. Maria do Socorro Lima, pelas valiosas sugestões apresentadas durante a defesa da nossa monografia. Com certeza vocês enriqueceram nosso trabalho.

TENHAM CERTEZA QUE O RECONHECIMENTO E A GRATIDÃO SÃO PRECEITOS
DA MAIS ELEVADA MORAL.

RESUMO

GUIMARÃES, Everton Lopes. **A trajetória profissional dos egressos do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG - Campus Januária**. Seropédica: UFRRJ, 2011, 53 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

Esta dissertação propõe uma análise sobre a trajetória profissional dos egressos do Curso Técnico em Agropecuária do IFNMG – Campus Januária e a ligação desta trajetória ao contexto sócio-ocupacional do mercado de trabalho, tendo em vista os principais setores em que os egressos se inserem. Na pesquisa, buscou-se a verificação não apenas de uma inserção contratual, mas principalmente das habilidades e das competências que os egressos desenvolvem e as que são conferidas nesta aproximação entre formação curricular e formação para o mercado de trabalho, bem como a trajetória na perspectiva do acesso ou não aos programas de educação continuada. O desenvolvimento metodológico da pesquisa se deu em três fases: o levantamento dos dados de identificação dos egressos do Curso Técnico em Agropecuária; o levantamento documental para resgatar a história da educação profissional no Brasil e a do IFNMG e (após elaboração, testagem, aplicação dos questionários aos egressos e a devolução) a tabulação para a obtenção dos dados. Assim, as três fases permitiram a caracterização, interpretação e, por fim, a comprovação das reais contribuições do IFNMG – Campus Januária para a promoção profissional do Técnico em Agropecuária e de como este concebia a formação obtida. Com estes procedimentos, houve a análise, que contribuiu para o planejamento, definição e retroalimentação de políticas educacionais da instituição. Os egressos do Curso Técnico em Agropecuária de nível médio formados no período de 2004 a 2008 representam o universo da pesquisa, cujo resultado serve para subsidiar uma proposta que redefine, em âmbito didático, curricular e avaliativo, o Projeto Político Pedagógico (PPP) de formação dos Técnicos em Agropecuária do IFNMG- Campus Januária.

Palavras-Chave: Egressos. Educação Agrícola. Trabalho.

ABSTRACT

GUIMARAES, Everton Lopes. **The career paths of graduates from the Technical Course on Agriculture and Cattle Breeding at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Northern Minas Gerais - IFNMG - Campus Januária.** Seropédica: UFRRJ, 2011, 53 p. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

This dissertation proposes an analysis of the career of the graduates from the Technical Course on Agriculture and Cattle Breeding at IFNMG - Campus Januária and the linking between this trajectory and the socio-occupational labor market, in view of the main sectors in which graduates are included. In the research, it was sought to verify not only a contractual insertion, but mainly the skills and expertise the graduates have developed and those conferred in this approximation between the syllabus training and the training for the labor market, as well as the trajectory in the perspective of access or not to the continuing education programs. The methodological development of the research occurred in three phases: a survey of the identification data of the graduates from the Technical Course on Agriculture and Cattle Breeding, the documentary surveys to reconstruct the history of professional education in Brazil and at IFNMG, and (after development, testing and application of the questionnaires to graduates and its returning) the tabulation for obtaining data. Thus, the three phases allowed the characterization, interpretation and, finally, proof of actual contributions of IFNMG - Campus Januária to the professional promotion of the Farming Technicians and the way they conceived the training received. With these procedures, the analysis was conducted, what contributed to the planning, definition and feedback of educational policies of the institution. The graduates from the Technical Course on Agriculture and Cattle Breeding in the period from 2004 to 2008 represent the universe of this research, whose result is to support a proposal that redefines, in teaching, syllabus and evaluation contexts, the Political Pedagogical Project (PPP) of the training of technicians in the Agricultural Campus at IFNMG - Januária.

Key Words: Graduates. Agricultural Education. Work.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADENE – Agência Nacional para a Energia
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
COAGRI – Coordenação Geral de Ensino Agropecuário
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e da Parnaíba
CONDAF – Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas Agrotécnicas Federais
CONFEEA – Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia
DOU – Diário Oficial da União
EaD – Educação à Distância
EAF – Escola Agrotécnica Federal
EAFJ – Escola Agrotécnica Federal de Januária
EAFS – Escola Agrotécnica Federal de Salinas
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMATER – Empresa Agropecuária de Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EVs – Escolas Vinculadas
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
IBAF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH – índice de Desenvolvimento Humano
IEF – Instituto Estadual de Floresta
IFET – Instituto Federal de Educação Tecnológica
IFNMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
ME – Ministério da Educação
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB – Produto Interno Bruto
PLANFOR – Plano Nacional de Educação Profissional
PPGEA – Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola
PPI – Projeto Político Institucional
PPP – Projeto Político Pedagógico
RETTA – Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas
SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENET – Secretaria Nacional de Educação Tecnológica
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNED – Unidade de Ensino Descentralizada
UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Foto aérea do IFNMG – Campus Januária	8
Figura 2 – Expansão da Rede Federal EPT (Mapa da Expansão da Rede Federal no Brasil)	13
Figura 3 – Expansão da Rede Federal EPT (Mapa da expansão da Rede Federal em Minas Gerais)	14
Figura 4 – Abrangência do IFNMG antes da expansão da Rede Federal.....	15
Figura 5 – A Abrangência do IFNMG: Atual (Mapa da abrangência do IFNMG após a expansão da Rede federal)	18

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Participação do PIB das microrregiões atendidas pelo IFNMG	25
Tabela 2. Titulação do corpo docente.....	26
Tabela 3. Número de alunos matriculados por ano	31
Tabela 4. Número de alunos formandos	31

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Programas Interinstitucionais de Pós Graduação em andamento	26
--	----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Representação dos egressos respondentes por ano de formatura.....	32
Gráfico 2 – Representação dos egressos respondentes quanto ao sexo.....	32
Gráfico 3 – Representação dos egressos respondentes em relação à situação profissional....	33
Gráfico 4 – Representação dos egressos respondentes em relação atividade profissional X área de formação.....	34
Gráfico 5 – Representação dos egressos respondentes em relação ao vínculo empregatício.	35
Gráfico 6 – Representação dos egressos respondentes em relação á formação continuada ...	36
Gráfico 7 – Representação dos egressos respondentes em relação à remuneração mensal. ...	37
Gráfico 8 – Representação dos egressos respondentes em relação à atividade profissional ..	38
Gráfico 9 – Representação dos egressos respondentes em relação à oferta de emprego.....	38
Gráfico 10 – Representação dos egressos em relação à remuneração em outras áreas	39
Gráfico 11 – Representação dos egressos respondentes em relação a conteúdos ministrados X exigências no mundo do trabalho	40
Gráfico 12 – Representação dos egressos respondentes em relação à avaliação da formação profissional.....	41
Gráfico 13 – Representação dos egressos respondentes em relação à avaliação institucional.	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	HISTÓRIA DO ENSINO AGRÍCOLA E POLÍTICA EDUCACIONAL: PROCESSOS NA CONTRAMÃO DA REALIDADE SOCIAL	6
	2.1 Educação e Ensino Agrícola no Brasil: Processo Social e Tendências na Atualidade.....	6
3	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, POLÍTICA E EDUCACIONAL DO IFNMG: RESSIGNIFICANDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	15
	3.1 Abrangência Político-Social e Educacional do IFNMG	17
	3.1.1 Descrição sumária dos campi do IFNMG.....	19
	3.1.2 Caracterização da Mesorregião do Norte de Minas	21
	3.1.3 Caracterização da mesorregião do Jequitinhonha	23
	3.1.4 Caracterização da mesorregião do noroeste de Minas.....	24
	3.1.5 Dados consolidados das mesorregiões.....	25
	3.2 A Ressignificação da Educação Profissional no Campo das Concepções e das Políticas.....	26
4	A PESQUISA, A ANÁLISE E OS DADOS: NOVOS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA FRENTE ÀS EXIGÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO	30
	4.1 Caracterização da Amostra.....	31
	4.2 Caracterização dos Egressos Respondentes	31
	4.2.1 Representação dos egressos respondentes por ano de formatura.....	31
	4.2.2 Sexo dos egressos respondentes	32
	4.2.3 Situação profissional dos egressos respondentes	33
	4.2.4 Formação continuada dos egressos respondentes	36
	4.2.5 Remuneração mensal dos egressos respondentes que estão trabalhando	37
	4.2.6 Ofertas profissionais para o Técnico em Agropecuária.....	38
	4.2.7 Remuneração do Técnico em Agropecuária	39
	4.2.8 Conteúdos ministrados X Exigências do mundo do trabalho	40
	4.2.9 Avaliação do IFNMG quanto a sua função social.....	41
5	CONCLUSÃO	42
6	REFERÊNCIAS	44
7	ANEXOS	48

1 INTRODUÇÃO

Os desafios de caráter ideológico e de caráter institucional, que circulam em torno do ensino técnico profissionalizante, são evidentes e se relacionam com o complexo cenário econômico-social da modernidade. A educação profissional, em sua relação com o trabalho como atividade ontológica e ontocriativa, sempre foi direcionada à formação de mão de obra especializada cujo “recrutamento” era feito no seio da classe menos favorecida economicamente. Nesta educação específica, o conceito e a prática de ensinar e de aprender, no curso da história, focaram prioritariamente o desenvolvimento de habilidades manuais, ficando o domínio cognitivo atrelado ao conjunto de determinantes teóricos behavioristas (comportamentalistas). A relação educação técnica e mercado de trabalho denota a necessidade de aprofundamento sobre a categoria “formação” como sendo o processo de desenvolvimento humano que visa atuar sobre os espaços de produção e de sociabilidade. Ao satisfazer uma exigência, via trabalho, por conseguinte outras necessidades se criam, recriam e se transformam.

A visível dissonância entre o papel exigido pelo Estado¹ e o idealizado pela escola não é diferente na formação profissional agrícola. O intenso avanço tecnológico, a escassez de recursos produtivos e de mão de obra qualificada, o diferenciado perfil do moderno consumidor e tantos outros fatores de cunho social, econômico e cultural têm levado as organizações a uma acirrada competitividade entre si, passada aos indivíduos, que buscam ingressar e se manter no mercado de trabalho, por meio das exigências de qualificação. Diante desse fenômeno social, ao estado solicita-se a apresentação de soluções para a profissionalização de homens e mulheres que lutam por espaços de produção. O governo, por sua vez, transfere apenas à escola a competência de lidar com as questões referentes às pessoas que agem e interagem com o mercado de trabalho.

Ciavatta (2008), sobre a educação profissional, entende que esta é vista como uma resposta estratégica, embora polêmica e controversa em relação aos problemas postos pela globalização econômica, pela reestruturação produtiva, pela busca da qualidade e da competitividade e pelas transformações do mundo do trabalho decorrentes das novas tecnologias que estão causando desemprego estrutural. Neste contexto, a escola de ensino e aprendizagem, sobre os conteúdos dos setores da agropecuária, é pressionada a direcionar suas finalidades para a formação de um profissional com o perfil sócio-ocupacional exigido pelo mercado. Apesar do relativismo, dentre alguns indícios para a comprovação da competência institucional na educação profissional se tem a procura por atender ao mercado de trabalho na medida em que se configura a capacidade de absorção de seus profissionais formados e o perfil deste profissional, sob o ponto de vista da adaptabilidade, flexibilidade e aplicação dos conhecimentos e tecnologias.

Sobre o papel das instituições de ensino profissional frente à modernidade, Frigotto e Ciavatta (2004) salienta que as instituições não podem se voltar apenas para funções atreladas ao produtivismo dos mercados de trabalho, mas sim em função da formação do homem para a cidadania. A partir deste argumento do autor supracitado e observando o contexto anteriormente apresentado, ficou compreendido que a educação profissional deve objetivar

¹ Estado, aqui, concebido no sentido gramsciano, ou seja, “como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da Lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados; equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem até um determinado ponto, excluindo o interesse econômico-corporativo estreito” e, ainda, considerando que “na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção)” (GRAMSCI, 1989b, p. 50 e 149, respectivamente).

uma qualificação abrangente, porém apropriada para um tempo em que a formação do sujeito deve dispor de ferramentas críticas, já que o mercado na atualidade rejeita o “apertador de parafusos” da época do fordismo e do taylorismo. Sobretudo, há um apelo sobre as competências técnicas próprias da especialidade profissional construída em bases críticas, de responsabilidade social, capacidade de reação e interação com diferentes grupos, indivíduos e realidades. Ou seja, a educação profissional apóia-se em elementos diferenciais, passíveis de construção e desenvolvimento, do caráter cognitivo crítico e que são determinantes para a compreensão, a interpretação e a adaptação às circunstâncias institucionais da sociedade.

Com base no que foi exposto e utilizando as justificativas contidas nas inúmeras legislações da política educacional de mais de uma década levanta-se os seguintes questionamentos: Qual o impacto social que o egresso² do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Januária (IFNMG – Campus Januária) demonstra causar na região? Quais as formas de atuação profissional dos egressos? Qual o nível de satisfação do egresso quanto a sua formação perante o seu desenvolvimento profissional no mercado e na sociedade local/regional? O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Januária efetivamente está inserido em processos de produção do conhecimento que acompanham a evolução tecnológica no setor da agropecuária ou está voltado para atender às exigências legal-reformistas impetradas pelas políticas governamentais?

Este trabalho apresenta como objeto de estudo a trajetória profissional dos egressos do Curso Técnico em Agropecuária do IFNMG – Campus Januária, em relação à/ao situação/contexto sócio-ocupacional no mercado de trabalho dos principais setores em que os egressos se inserem. Pretendeu-se verificar não apenas a inserção do egresso, mas também as habilidades e competências a eles conferidas, se os conteúdos curriculares ministrados correspondem à formação de um técnico com o perfil necessário às novas exigências do mundo do trabalho e à satisfação deles no que diz respeito à contribuição do curso técnico para o desempenho profissional, bem como a trajetória na perspectiva do acesso ou não aos programas de educação continuada.

Com os resultados da pesquisa, este trabalho tem como finalidade contribuir para a implantação de alguns procedimentos de acompanhamento dos egressos deste instituto. Ao longo da investigação inicial, nos documentos sobre o Curso Técnico em Agropecuária, não encontramos ações ou projetos que acompanham as trajetórias profissionais dos egressos para saber se estão e como estão posicionados no mercado de trabalho. Outra contribuição proposta, em permanente construção, é subsidiar a coordenação do curso com informações repassadas pelos egressos sobre os aspectos didático-pedagógicos que permeiam a formação, a infraestrutura do Campus e a qualificação do corpo docente da instituição que tem o trabalho como princípio educativo.

A opção pelo desenvolvimento da pesquisa no IFNMG – Campus Januária, onde leciono desde 2006, se deu porque a instituição é uma das mais antigas do país, além de estar articulada ao MEC/Brasília, tendo no passado, inclusive, um diretor como presidente do Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas Agrotécnicas Federais (CONDAF), o que auxiliou o acesso às principais políticas de reforma em todo o processo de disputa de projetos pela educação técnica e tecnológica, e ainda por não haver, até o momento, registros de acompanhamento de egressos na instituição. Com formação em Licenciatura em Matemática, atuante nos diversos segmentos da educação, principalmente na iniciativa privada, nos últimos 15 anos, sempre acompanhamos a trajetória dos egressos cuja finalidade era a divulgação do

² Aluno que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma.

educandário, em nome da excelência em ensino, na tentativa de captar cada vez mais alunos. Como docente do IFNMG-Campus Januária, atuante na Licenciatura em Matemática e no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, bem como em projetos de extensão.

Desta forma, a experiência como docente estimulou-nos a supor que os profissionais formados por esta instituição, tradicional no âmbito acadêmico e político da educação técnica, estão inseridos e têm relevância na ocupação de postos de trabalho, não só no mercado da agropecuária. É relevante dizer que a antiga Escola Agrotécnica Federal de Januária (EAFJ) sempre participou das principais esferas político-acadêmicas que consolidaram um pensamento de defesa das reformas conservadoras que permearam a educação técnica em Minas Gerais e em Brasília, pelo modelo Sistema Escola-Fazenda.

Os sujeitos da pesquisa foram os egressos do Curso Técnico Agropecuário de nível médio que concluíram o curso no período de 2004 a 2008. Período de transição de um modelo de formação profissional na estrutura do Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (CEFET), um marco em termos de concepção da formação profissional e de amadurecimento da instituição diante de um cenário de reformas, em que esta instituição foi pioneira. Há na política educacional um discurso que concebe a formação não articulada a um modelo mecanicista, que separa a teoria da prática. No levantamento de dados não consideraremos o fato de o aluno ser ou não filho de produtor ou trabalhador rural.

Alguns discursos são e foram feitos no seio do sistema federal de escolas agrotécnicas e agora dos institutos. A idéia segundo a qual as instituições de educação profissional e tecnológica reproduzem socialmente o pensamento das principais instituições agrárias para responderem pela tecnificação do campo, é fato. Todavia na atualidade, perpassam, entre os campos de formação para o trabalho, novos discursos da pedagogia do trabalho, ideologicamente ancorados numa racionalidade ressignificada por noções de um homem de competências. Assim sendo, a escola necessita formar-se em bases norteadoras do processo ensino e aprendizagem, no que se refere ao trabalho como princípio educativo, focado pela concepção de homem pensante, líder, criativo, ético, capaz de tomar decisões, voltado para o trabalho coletivo, uso de novas tecnologias e implementação de pesquisas e novos investimentos que geram a expansão do mundo do trabalho em constante transformação e crescimento humano e econômico.

Nesta ótica, o IFNMG – Campus Januária, como instituição de formação profissional responsável por habilitar técnicos/tecnólogos no Norte do Estado de Minas Gerais, almeja uma política de revitalização de seus currículos de forma sistemática, procurando em seus parceiros (empresários e gestores das instituições públicas e privadas) e, principalmente, em seus ex-alunos o diálogo aberto, para contribuir com a melhoria do ensino profissional. Neste contexto, o presente projeto de pesquisa buscou identificar as experiências profissionais que configuram as trajetórias dos egressos do curso Técnico em Agropecuária, sobretudo, investigar sobre como eles estão inseridos no mundo do trabalho e quais as práticas educativas que foram e são relevantes para a formação deles como profissionais.

O IFNMG, conforme previsto no art. 4º do seu Estatuto, tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da modalidade de Educação Técnica e Tecnológica, atendendo aos diversos setores da economia; visa, ainda, a pesquisa aplicada e, assim sendo, promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em estreita relação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente, aquela de abrangência local e regional, inclusive oferecendo mecanismo para a educação continuada.

Neste sentido, consideramos os egressos da instituição Campus Januária como os principais articuladores e agentes da técnica agropecuária com a sociedade. Os egressos se revelam como fonte de informação que possibilita retratar a forma como a sociedade em geral percebe (concebe) e avalia a instituição de educação profissional, tanto no ponto de vista

educacional quanto no da interação. Portanto, é fundamental que a instituição estabeleça estratégias e canais de comunicação com os diversos segmentos sociais, não somente da sociedade agrária, mas das sociedades complexas que dependem da produção de alimentos, do manejo dos recursos naturais, energias, matérias-primas essenciais para a sobrevivência da vida nos núcleos urbanos e rurais.

Desta forma, a proposta de pesquisa pautou-se na possibilidade de caracterizar, interpretar e, por fim, verificar as reais contribuições do IFNMG – Campus Januária para a promoção profissional do Técnico em Agropecuária e de como este concebe a formação obtida. Esta pesquisa permitiu avaliar a situação dos egressos no mundo do trabalho e o resultado a que dela advém poderá contribuir para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição.

Os resultados poderão ser utilizados como indicadores para reflexão e propositivas sobre a política institucional do IFNMG – Campus Januária na configuração de metodologias e de processos de planejamento e reestruturação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Por conseguinte, em nível mais específico, poderá contribuir para uma redefinição didática, curricular e avaliativa do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Espera-se, ainda, gerar conhecimentos sobre trajetórias de profissionalização que estimulem os segmentos e os sujeitos na perspectiva de revisões curriculares sempre que for avaliada a necessidade de retomar ao projeto de formação de técnicos. Assim, na possibilidade de revisões curriculares e nas práticas educativas de formação do técnico, vincula-se a idéia de um profissional que seja ético e comprometido com as causas sociais e ambientais, uma vez que a área de agropecuária implica lidar com aqueles que produzem e agem modificando o ambiente natural. Presume-se, sobretudo, que os resultados desse estudo provoquem nos sujeitos uma reflexão sobre epistemologias que consolidaram os fundamentos tecnicistas da educação profissional agropecuária, que, por conseguinte, poderão revisar a relação entre saber-fazer, que não dissocia teoria-prática em processos de formação em que o trabalho é tratado como princípio educativo.

Considerar o trabalho como princípio educativo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda que somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. (MEC, 2007c, p. 45).

O desenvolvimento deste trabalho se deu em três fases distintas, explicadas abaixo, e complementares que abrangeram o embasamento teórico (a partir da seleção e leitura de material bibliográfico), levantamento de informações através das metodologias informadas, que proporcionaram a coleta de informações e a análise dos dados.

Na primeira fase fez-se o levantamento de documentos, junto à secretaria do IFNMG – Campus Januária, para localização/dados sobre os egressos do Curso Técnico em Agropecuária. Na segunda fase fez-se o levantamento histórico da educação profissional no Brasil. E na terceira fase ocorreu a elaboração, validação e aplicação de questionários junto aos egressos do IFNMG – Campus Januária.

Na primeira fase da pesquisa objetivou-se a seleção da amostra que auxiliaria na construção e estruturação da pesquisa. Realizou-se um levantamento, na secretaria, dos alunos que concluíram o curso Técnico em Agropecuária de nível médio no período de 2004 a 2008. Tal período foi determinado por ser de transição de um modelo de formação profissional na estrutura CEFET, um marco em termos de concepção de formação profissional.

Na segunda fase investigou-se o material bibliográfico sobre o histórico da educação profissional e do IFNMG, desde a origem, por meio de órgãos, leis e decretos.

Na terceira fase aplicamos os questionários aos egressos, fez-se a tabulação de dados e um estudo minucioso do material coletado. Para tais procedimentos nos reportamos a autores como Marconi e Lakatos (2005), Ludke (1986) e Gil (2008), dentre outros. A análise dos dados envidou a sistematização dos resultados.

A análise do material abrangeu a categorização e sistematização dos dados em relação ao campo conceitual, culminando com a redação da dissertação.

Procurando alcançar os objetivos deste trabalho, no capítulo 1, a Introdução, direciona à temática eleita e a natureza da pesquisa, assim como, a intencionalidade da dissertação em termos dos objetivos, questões de estudo e metodologia seguida. Concernente ao quadro teórico-conceitual que serviu de interpretação dos dados da pesquisa, os estudiosos como Ciavatta (2008), Frigotto (2004), Franco (1994), Gil (2008), Kuenzer (2001) e Ludke (1986) foram articuladores do diálogo entre autor e a realidade. Quanto à análise documental sobre egressos, dentre outros, foram muito importantes autores como Bonfim (2008) e Sobral (2005), o Projeto Pedagógico de Curso – PPC do Técnico em Agropecuária, o Projeto Pedagógico Institucional e o Projeto Desenvolvimento Institucional, além de outros autores já citados.

O capítulo 2 faz uma retrospectiva histórica do ensino agrícola e da política educacional, desde a criação das escolas de Aprendizes e Artífices até o momento atual. O objetivo principal foi delinear as transformações ocorridas, tendo em vista as suas intencionalidades, bem como suas consequências devido aos projetos e modelos propostos nas políticas.

No capítulo 3 trazemos um histórico sobre a institucionalização do IFNMG, a caracterização das regiões atendidas por ele na intenção de justificar sua implantação como imprescindível para o desenvolvimento e o crescimento local, regional e nacional, bem como as mudanças do novo perfil do Técnico em Agropecuária diante das transformações, dos avanços tecnológicos e das novas exigências para o mundo do trabalho. Outro objetivo relevante foi o de procurar um referencial teórico que fundamentasse as discussões referentes à resignificação da Educação Profissional por novos atores e sujeitos, como forma de pensar em outras possibilidades de estratégias e práticas educativas para tal modalidade de ensino em meio às transformações tecnológicas e societária.

O capítulo 4 descreve os procedimentos metodológicos da pesquisa, o desenvolvimento do caminho perseguido entre procedimentos, questões e objetivos específicos delineados para composição da realidade social. Apresenta, também, a análise e a discussão das respostas dos questionários aplicados aos egressos do curso Técnico em Agropecuária, como também dos estudos feitos sobre a trajetória profissional como sendo uma especificidade ou aspectos idiossincráticos que identificam um grupo social responsável por manter o trabalho da agropecuária no meio rural em diversos setores de produção.

O capítulo 5 refere-se, a partir do ponto de vista dos egressos, as mudanças referentes a formação profissional, especificamente aquelas que dizem respeito aos Técnicos em Agropecuária, para atender às reais necessidades do mundo atual.

Pretende-se que este trabalho possa estimular a reflexão sobre a política institucional do IFNMG, no que diz respeito às metodologias, ao planejamento e à reestruturação do PPC do curso Técnico em Agropecuária.

2 HISTÓRIA DO ENSINO AGRÍCOLA E POLÍTICA EDUCACIONAL: PROCESSOS NA CONTRAMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

2.1 Educação e Ensino Agrícola no Brasil: Processo Social e Tendências na Atualidade

Ao longo de sua história, a escola assumiu diferentes papéis quanto ao mundo do trabalho, desde uma simples instituição que forma para a cidadania cuja especificidade é qualificar “mão de obra” treinada até aquela que se torna um espaço destinado à educação integral, ou ainda aquela que assume ideologicamente o papel de reprodução social para atender a um sistema dual de formação: o ensino profissionalizante aos menos favorecidos e o propedêutico às elites.

Era bem demarcada, portanto, a trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão social e técnica do trabalho. (KUENZER, 2001, p. 12).

Em 23 de setembro de 1909, o presidente do Brasil Nilo Peçanha assina o Decreto nº 7.566 instituindo, inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito para os “desafortunados”. Sem dúvida, essa foi uma primeira tentativa do Estado na organização da área de formação profissional, embora ainda sob uma justificativa discriminadora e reducionista, vinculada aos interesses econômicos e sociais. O Decreto nº 7.566 apresenta a seguinte justificativa para a criação de tais escolas:

Considerando que o aumento constante da população das cidades exige que se facilitem às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à nação. (DECRETO Nº 7.566 de 23 de dezembro de 1909).

Em 1927 o Congresso Nacional sancionou o Projeto Fidélis Reis que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.

Com a criação, em 14 de novembro de 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública foi estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que passava a supervisionar as Escolas de Aprendizes e Artífices, antes ligadas ao Ministério da Agricultura. Essa Inspeção foi transformada, em 1934, em Superintendência do Ensino Profissional. Foi um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes.

Em 13 de janeiro de 1937 assinaram a Lei nº 378 que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais e outorgaram a Constituição que prognosticava o ensino técnico, profissional e industrial, de todos os ramos e graus. Essa mudança ocorreu pela própria necessidade de mudança, dado o desenvolvimento industrial que o então presidente, Getúlio Vargas, almejava.

O ensino técnico de nível médio, impulsionado a partir da expansão da industrialização brasileira, traz um traço fortemente discriminatório e até de exclusão social. A constituição de 1937, no art. 129 estabelece como dever do Estado o ensino profissional destinado “às classes menos favorecidas”. Evidencia-se claramente uma escola para a “elite” e outra para o “povo”.

Seguindo essa cadeia em 1941 vigoraram uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema” que remodelou todos os níveis e modalidades de ensino no país, que teve como principais medidas: o ensino profissional que passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio – o primeiro compreendia os cursos básicos industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria e o segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração, mais um de estágio supervisionado na indústria e compreendendo várias especialidades.

O Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, transforma os Liceus Profissionais em Escolas Industriais e Técnicas, que passa a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir desse ano, inicia-se, formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação.

Ao longo do tempo o ensino agrícola passou por várias mudanças, porém só após o fim da Ditadura de Vargas o ensino técnico agrícola de nível médio teve sua primeira e efetiva regulamentação, estabelecida pelo Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, denominada de “Lei Orgânica do Ensino Agrícola”. “Art. 1– Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo de ensino até o segundo grau, destinado essencialmente a preparação profissional dos trabalhadores da agricultura”.³

Esta Lei fundamenta-se principalmente nas ideologias capitalistas, moldada segundo o taylorismo/fordismo, pois tinha como meta principal a formação de jovens para a reprodução das hierarquias e postos de produção de mercadorias do mundo do trabalho, atendendo às necessidades do capital diante do processo de industrialização e a desapropriação dos saberes dos trabalhadores.

Na década de 1950, observam-se as primeiras tentativas para eliminar a separação entre educação geral e formação específica. Até então, a dicotomia dissociativa entre a educação propedêutica e a profissionalizante era aguçada, ou seja, entre os estudos realizados para formar os sujeitos para um trabalho e outros para enfrentarem processos educativos que destinavam formar as elites condutoras da nação. Um desprezava o outro.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) apresenta a marca do aprofundamento da relação entre Estado e economia. Neste período, a indústria automobilística surge como o grande ícone da consolidação da indústria nacional. Pela primeira vez contempla-se o setor de educação com 3,4% do total de investimentos previstos. O objetivo era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão (BRASIL, MEC/SETEC, 2007). Com isso, intensifica-se a formação de técnicos de modo que eles são identificados como mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização. Nesse período o Ministério da Agricultura, como é o nosso caso, centralizava as decisões junto à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), para que essa modalidade de escolas ministrasse os cursos previstos na Lei Orgânica do

³ Decreto Lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946.

Ensino Agrícola – Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, ainda vigente. Mesmo com o peso do discurso dos textos legais as escolas não tinham efetivamente essa autonomia proclamada. De fato e de direito, a autonomia das Escolas Técnicas e Agrotécnicas veio no último ano de mandato do Ministro da Educação Murilo Hingel, na década de 1990.

Não foi diferente com a demanda de criação, por meio da Lei nº 3.853 de 1960, da Escola Agrotécnica de Januária (EAJ), que nascia com o propósito de permitir ao egresso da Escola Caio Martins a complementação dos seus estudos possibilitando, assim, a formação de profissionais qualificados em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade regional-local. Tal fato, tendo como responsabilidade a redução das desigualdades sociais, na visão dos dirigentes e políticos fortaleceria a democracia e a promoção da cidadania, de maneira a contemplar aos setores sociais excluídos, sobretudo, visava promover o acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação, acolhendo, de maneira substancial, um público que historicamente foi colocado à margem das políticas de formação para o trabalho.

Localizados numa região castigada pela seca e pela pobreza, as ações institucionais adquirem sempre um compromisso efetivo com a formação de qualidade, que assume amplas finalidades e dentre elas a de realizar a formação profissional e qualificação de cidadãos tendo em vista a atuação profissional nos diversos setores da economia agrária, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e regional.



Figura 1- Foto aérea do IFNMG – Campus Januária

Fonte: IFNMG. In: Departamento de Comunicação

Com as mudanças na sociedade, a ideia de que esse tipo de ensino era destinado aos indivíduos de categorias sociais de baixa renda começou a ser modificada na rede federal de educação técnica, pois o ensino profissional foi equiparado ao ensino acadêmico, com a promulgação da Lei nº 4.024/61, que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estrutura o ensino em três graus: primário, médio e superior. Permanece, entretanto, a “essência do princípio educativo tradicional” da formação de trabalhadores instrumentais e trabalhadores intelectuais, conforme divisão técnica e social do trabalho.

Dentre as políticas “públicas” implantadas pelos governos militares, nesse período, com objetivos de tentar impedir o êxodo rural e dinamizar a agricultura nacional, vale

ressaltar a “Lei do Boi”⁴, que sugere a clara prioridade de uma clientela específica, quanto ao ingresso nos estabelecimentos de ensino agrícola. Essa benesse acentuou um processo de estratificação social no campo, que acontece a partir do momento em que se estabelece um respaldo legal para determinada classe social.

Esta Lei foi pouco conhecida fora do campo educacional agrícola e conforme esta preconizava destinava 50% das vagas dos estabelecimentos de ensino médio agrícola e das escolas superiores de agronomia e veterinária, mantidas pela União, eram reservadas aos candidatos agricultores e/ou aos filhos deles e aos proprietários de terras de médio ou grande porte que residiam com suas famílias na zona rural. Ao considerar as propriedades de médio e grande porte, a mesma deixa clara a opção por aqueles que poderiam adotar a política de crédito agropecuário pautada no modelo produtivista de desenvolvimento e modernização das estruturas agrárias e fundiárias.

Em 11 de agosto de 1971 a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus, nº. 5.692, que propôs a plena articulação entre os graus de ensino, mediante a organização do currículo, através de um núcleo comum e de uma parte diversificada, torna, de maneira compulsória, técnico-profissional todo currículo do segundo grau, com terminalidade assegurada para essa modalidade. Essa Lei foi uma tentativa, pelo menos no nível do discurso oficial, de acabar com a dualidade estrutural entre ensino acadêmico propedêutico e técnico profissionalizante, almejando preparar o aluno para a vida sem tirar de foco o trabalho. Uma nova decisão ficaria estabelecida: formar técnicos sob o regime da urgência. Formar um exército de reservas de jovens para abastecer o mercado de trabalho quando o mesmo manifestasse a sua sede de trabalhadores, configurava parte da política do país que era de participar da economia mundial como sendo o “celeiro” da produção agrícola. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Com efeito, a promulgação da lei nº 5692/71 representou, no que se refere ao ensino de 2º grau, a vitória de uma corrente de pensamento que propugnava, dentro do MEC, pela profissionalização universal e compulsória do ensino médio, numa especialização estrita dos estudantes conforme as ocupações existentes no mercado. (CUNHA, 2005, p. 182).

Ideologicamente, pensava-se que o investimento no capital humano permitiria o desenvolvimento do país e aos indivíduos a garantia de melhores empregos, maior produtividade e, conseqüentemente, uma ascensão/mobilidade social.

Especificamente, sobre o ensino agrícola, Sobral (2005) relata que o ensino agrícola passou por inúmeras mudanças até a década de 1970. A “descontinuidade administrativa” (MADURO, 1979 *apud* SOBRAL, 2005), acarretada pelas mudanças na administração federal, representou um aspecto negativo para o ensino agrícola, que já não contava com o mesmo respaldo administrativo e financeiro correspondentes aos setores de ensino industrial e comercial.

Em 09 de julho de 1973, por meio do Decreto nº 72.434 é criada a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), órgão autônomo administrativamente, do MEC, cuja finalidade era prestar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agrícola.

Em 14 de outubro de 1975, através do Decreto nº 76.436, são fixadas suas competências e alterado seu nome para Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI).

⁴ “Lei do Boi”, Lei nº 5.465 de 3 de julho de 1968.

Sem dúvida, a criação e durante a existência deste órgão, a educação profissional passou por significativas modificações na administração e manutenção de 33 Escolas Agrotécnicas Federais. A política para o ensino agrícola, implantada pela COAGRI, foi responsável por sistematizar e padronizar estratégias pedagógicas e de gestão dando uma identidade única a esta modalidade de ensino, e por equipar as escolas para um ensino em sintonia com as tecnologias.

[...] a COAGRI ampliou e/ou reformou seus prédios e instalações: equipou as escolas com laboratórios, salas ambiente, unidades educativas de produção, quadras para esporte, bibliotecas e acervos; regularizou as terras, num total de 13.345 hectares; implantou os serviços de orientação educacional e de supervisão educacional; implementou e consolidou o sistema escola-fazenda; consolidou as cooperativas escola; vem oferecendo cursos para habilitar seu corpo docente, e promovendo concursos públicos para a admissão de servidores técnicos e administrativo, bem como aperfeiçoando e reciclando diretores, professores, técnicos e pessoal administrativo. (BRASIL – MEC, 1994, p. 21).

Em 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição, formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo esse que se estende às outras instituições bem mais tarde. A então EAJ, após ser transformada em Colégio Agrícola pelo Decreto nº 53.558 de 13/02/1964, passa a ser denominada de Escola Agrotécnica Federal de Januária (EAFJ) pela Lei nº 83.935 de 04/09/1979.

Com a extinção da COAGRI em 1986, foi criada a Secretaria de Ensino de 2º grau (SESG), que logo depois foi substituída pela Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENET), mas isso não acarretou novas configurações para a esfera da autonomia das escolas, pois era tudo centralizado no âmbito da secretaria, currículos, concursos, estrutura, etc. Com mudanças na estrutura do Ensino Técnico e Agropecuário foi criada a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), atual Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Ambas, as secretarias pegaram a fase de descentralização das escolas da esfera administrativa, acadêmica e de gestão no âmbito do MEC, desde 1993/94.

Em 1988 após debates e negociações garantiu-se o financiamento pelo Estado da educação em todos os níveis, cuja finalidade era o desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, com a possibilidade de elaboração coletiva de um novo projeto de educação comprometido com uma sociedade mais justa e democrática. Conforme art. 208 da Constituição Federal é “dever do Estado para com a educação em todos os níveis, assegurada a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio e o acesso aos níveis mais elevados de ensino”.

Em 1994 a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro, dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que transforma, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

É neste contexto de grandes transformações tecnológicas e de reorganização das estruturas das sociedades complexas, que em 20 de novembro de 1996 foi sancionada a Lei nº 9.394, segunda LDB da educação nacional, que dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado do da Educação Básica, o que deixa claro a superação de enfoques assistencialistas e de preconceito social contidos nas primeiras legislações sobre a educação profissional do país. Para os arautos do governo FHC, essa nova concepção projeta uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão

social e a democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar. Tal decreto universalizou a educação, reafirmando a necessidade da formação geral e adequando o profissional às novas realidades de mercado.

Ao mesmo tempo em que separa o ensino profissionalizante do ensino médio na formação individual, oportuniza e dinamiza o processo educacional, dando-lhe a oportunidade também da concomitância.

O Decreto nº 2.208/1997 complementa a LDB/1996 e regulamenta a educação profissional, via o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Segundo Frigotto:

Enquanto o primeiro projeto de LDB sinalizava a formação profissional integrada à formação geral nos seus múltiplos aspectos humanísticos e científico-tecnológicos, o decreto nº 2.208/97 e outros instrumentos legais (como a Portaria nº 646/97) vêm não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiras de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado. (FRIGOTTO *et al.*, 2005, p. 25).

De acordo com o Decreto nº 2.208/97, art. 3, a educação profissional compreende os seguintes níveis:

- I- Básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhos, independentes de escolaridade prévia;
- II- Técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egresso de ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este decreto;
- III- Tecnológico: corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

No art. 4 denota que o nível básico é uma modalidade de educação não formal, destinada a qualificar o cidadão trabalhador para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, não dependendo de escolaridade, podendo ser ministrado por instituições federais, públicas e privadas sem fins lucrativos (§1º), conferindo a eles o certificado de qualificação profissional (§2º, Brasil, MEC, 1997).

O nível técnico profissional terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este (§5º, Brasil, MEC, 1997).

No art.10 tem-se que o nível tecnológico corresponde aos cursos de nível superior e deverão ser estruturados para atender aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas, conferindo a eles diploma de Tecnólogo (Brasil, MEC, 1997).

Para Mello (1999), tal Decreto tinha o pressuposto de que a baixa escolaridade e qualificação dos trabalhadores não favoreciam o aumento da produtividade necessário para fazer à intensificação da competitividade, dada à mudança do paradigma técnico-produtivo.

O Decreto em questão trouxe uma questão bastante problemática, prevista pelo próprio Decreto. No art. 5 afirma-se que a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este. Problemática, pois restabelece o dualismo, conforme Frigotto:

Este decreto restabelece o dualismo, ainda que, em outros termos, da educação dos anos, e assume o ideário pedagógico do capital ou do mercado

– pedagogia das competências para a empregabilidade – com base nas Diretrizes e Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN`s e DCN`s). (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 13).

Além disso, de acordo com o prof. Francisco José da Silveira Lobo (citado por FRIGOTTO; CIAVATA; RAMOS, 2005, p. 22) o Decreto nº 2.208/97 previa uma ilegalidade ao determinar a separação entre ensino médio e educação profissional, contradizendo a LDB, Lei esta que o próprio Decreto regulamentava. Ou seja, segundo a LDB “sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (Lei nº 9.394/96, art. 36), e mais “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular.” (*ibid*, art. 40).

Em meio a essas complexas e polêmicas transformações da educação profissional de nosso país, retoma-se em 1999 ao processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978. Mas, só em 13/11/2002, por um Decreto Presidencial, a então EAFJ foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária (CEFET Januária).

No ano de 2004 o Decreto nº 5.154 revoga o Decreto nº 2.208/1997, de acordo com o compromisso firmado pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, após mobilização de várias entidades científicas, estudantis e sindicais durante mais de oito anos de uma luta nacional. Com este novo Decreto há redefinição da Reforma na Educação profissional e tecnológica, na medida em que permite a integração do ensino profissional técnico ao nível médio, concebendo a educação técnica como processo escolarizado. Nas palavras de educadores e pesquisadores anteriormente citados nesta parte da dissertação, o novo Decreto de 2004 abriria chances para uma educação profissional mais humanista, crítica, empreendedora, capaz de trabalhar coletivamente, interagir com outras culturas e ser capaz de dimensionar e resolver problemas caso o conceito de integração se tornasse uma prática.

Este Decreto permitiu variadas formas de organização da educação profissional em nível técnico, desde a separação completa em relação ao ensino médio até a integração total, conforme parágrafo primeiro.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I – integrada: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II – concomitante: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Bonfim (2008) destaca resumidamente as possibilidades de uma Lei que ao mesmo tempo pode ser tanto progressista como conservadora:

Dessa maneira, foram mantidas no novo Decreto tanto as bases da educação produtivista quanto as bases de uma educação que pretende superar este viés, buscando minimamente devolver ao trabalhador o saber que lhe foi fragmentado pela organização taylorista/fordista do trabalho. Busca-se uma nova organização educacional que supere a dicotomia entre ensino médio e o ensino profissional até então preconizado. (BONFIM, 2008, p. 11).

Em 2005, com a publicação da Lei nº 11.195, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino. A expansão na verdade era esperada desde a época do presidente Sarney, Nova República, quando se pretendia a construção de mais de 150 unidades federais de educação técnica, nos setores da indústria, de serviço e agrícola. O governo Lula da Silva anuncia a expansão de Escolas e de CEFET's que estavam em se desenvolvendo com a criação de inúmeros cursos técnicos. Logo houve a expansão de cursos em nível técnico e em nível básico em áreas como agricultura orgânica, agroindústria, turismo, meio ambiente, etc.



Figura 2 – Expansão da Rede Federal EPT (Mapa da Expansão da Rede Federal no Brasil)
Fonte: IFNMG



Figura 3 – Expansão da Rede Federal EPT (Mapa da expansão da Rede Federal em Minas Gerais)

Fonte: IFNMG

O Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (Brasil, MEC, 2007), elaborado durante o ano de 2007, esteve em consulta pública, por seis meses, recebendo críticas e sugestões de toda a sociedade. Em processo de revisão final, entrou em vigência ainda no primeiro semestre de 2008, como importante instrumento de divulgação e regulação da oferta de Cursos Técnicos por todo o Brasil.

A educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal, cuja visibilidade social apenas começou a tomar forma com os esforços para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, POLÍTICA E EDUCACIONAL DO IFNMG: RESSIGNIFICANDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892/2008 institui, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia⁵. Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na configuração de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

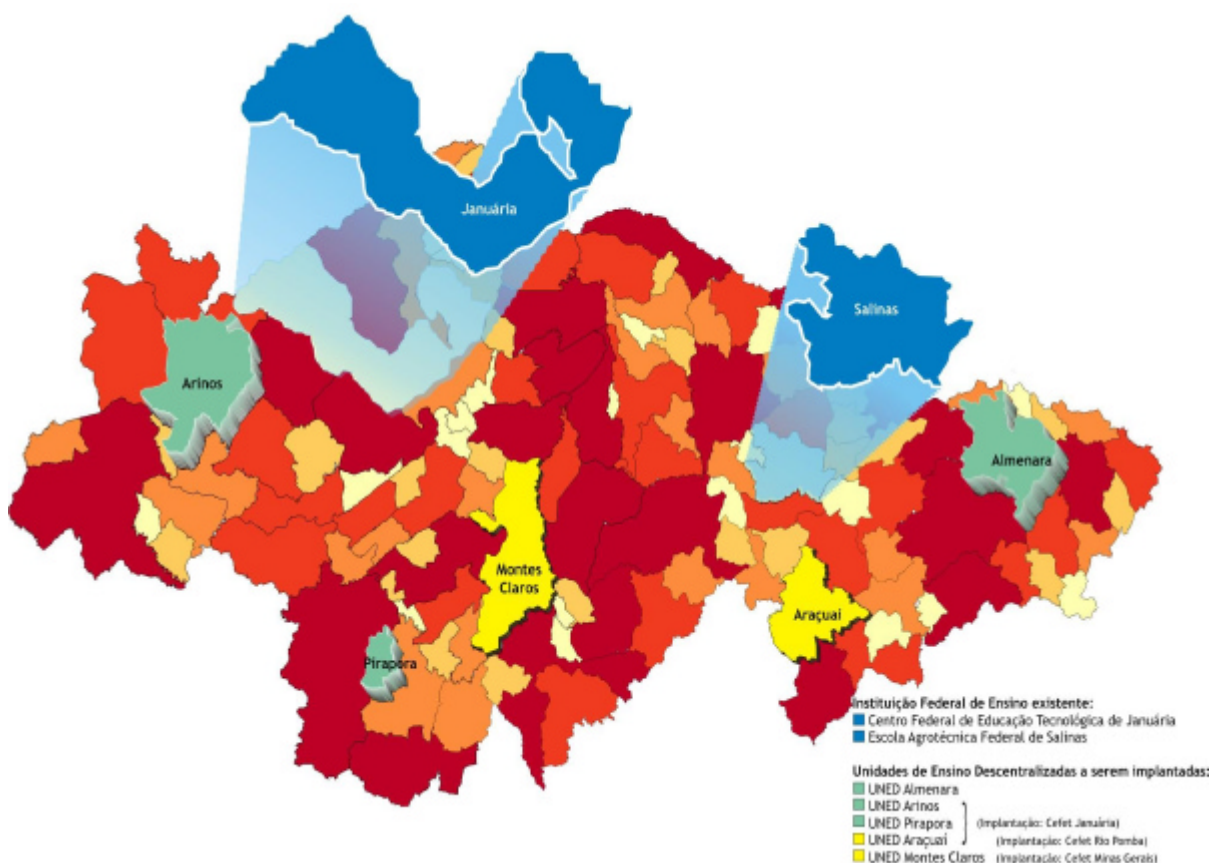


Figura 4 – Abrangência do IFNMG antes da expansão da Rede Federal

Fonte: IFNMG

Dessa forma chegamos, então, à criação do IFNMG, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e a Escola Agrotécnica Federal de Salinas e contará na sua estrutura com os campi: de Almenara, Arinos, Januária, Pirapora, Salinas, Montes Claros e Araçuaí, sendo que estas duas últimas Uneds, a princípio, pertenceriam ao CEFET-MG e ao CEFET-Rio Pomba, respectivamente. Localizado ao norte do Estado de Minas Gerais, cuja abrangência geo-educacional tem a perspectiva de se fazer presente nos 126 municípios, distribuídos em 03 mesorregiões (Norte de Minas, Noroeste do estado e Vale do Jequitinhonha). Fisicamente a instituição ocupa uma área de 184.557,80 km².

⁵ Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados através da junção de Escolas Técnicas Federais, CEFETs, Agrotécnicas e Escolas vinculadas a universidades.

A educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal, cuja visibilidade social apenas começou a tomar forma com os esforços para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais surge como estratégia que, em sintonia com anseios da sociedade do Norte de Minas, Noroeste e Jequitinhonha, visa ampliar a oferta do ensino público de qualidade, respondendo com agilidade às demandas apresentadas pelos indivíduos, pela sociedade e pelo mundo do trabalho. (IFNMG, PDI, 2009, p. 44).

Como a maioria das políticas públicas, sobretudo na área educacional, se deu em meio de desconfianças e geraram de início reações contrárias entre as EAFs, os CEFETs e as Escolas Vinculadas (EVs). Segundo Otranto (2010) a perda da autonomia, a possível extinção do ensino médio e a perda de identidade foram fatores que geraram desconforto pelas EAFs, pois o principal objetivo de cada uma delas era a transformação em CEFET, ao contrário dos CEFETs que já existiam (CETEF-RJ, CEFET-PR e CEFET-MG), que desejam se transformar em Universidade Tecnológica (o único a conseguir foi o CEFET-PR).

Os demais CEFETs não ofereceram resistência à mudança, pelo contrário, viram nela uma forma de proporcionar a todas as instituições denominadas CEFETs iguais condições de crescimento e reconhecimento, uma vez que eram vistos por todos como as instituições mais importantes dos novos Institutos Federais e, portanto, com reais condições de se transformarem em suas reitorias (OTRANTO, 2010, p. 97).

Em relação às Escolas Vinculadas (EVs), Otranto (2010) afirma:

A relação de confiança com as universidades e desconfiança na política governamental para o setor, aliada à falta de clareza nas ações previstas no decreto, fez com que 24 das 32 EVs optassem por não aderir à proposta do IFET e se mantivessem junto às universidades federais. (OTRANTO, 2010, p. 100).

A proposta oriunda do MEC, em boa medida usufruiu do imaginário social positivo criado em torno do processo de cefetização, o que talvez tenha influenciado para uma melhor aceitação, inclusive menos questionadora pelos CEFETs. A proposta inicial, especificamente no Campus Januária, divulgada em janeiro/2008, provocou tímida discussão.

Na maioria das vezes as reuniões se limitavam ao repasse de informações e a discussões das possíveis vantagens e desvantagens da adesão ao processo de institucionalização. As promessas de ampliação e aumento substancial de recursos, bem como oferta de graduações e pós-graduações foram um forte apelo para a adesão em massa. No contexto daquele momento, o processo de instauração do IFNMG, parecia um terceiro passo, em alguma medida natural e posterior à cefetização. Aspectos sociais de impacto regional como a ampliação de vagas e extensão/pesquisa sob a perspectiva de melhoria da qualidade de vida foram bastante explorados, como vantagens possíveis para a região. Da mesma forma, a ideia de perda de representatividade política, por extensão a perda de recursos, silenciosamente, implantada por meio da minuta da Lei de implantação e recomendações do MEC, eram preocupações constantes quando se cogitava a possibilidade de não aderirmos ao advento dos Institutos Federais de Educação.

Respeitada a eficiência e seriedade dos gestores serão dificuldades relevantes para a articulação dos Campi, as especificidades culturais e regionais, além de ideológicas. Felizmente, mesmo considerando tais influências provenientes dos cargos que reúnem concepções diferenciadas, não se pode dizer que não haverá ampliação, crescimento e desenvolvimento para as cidades sedes dos campi, como não se pode negar a repercussão social da criação dos institutos.

É também uma preocupação surgida com os Institutos e diante da oferta de Licenciatura a construção de uma identidade qualitativa em torno da formação de professores e certa tradição tecnicista comum na rede federal de educação tecnológica. Por ocasião da organização de tais cursos, e de forma recorrente em ambos os campi, o cuidado e a preocupação com tal situação fazia-se bandeira de luta e debate, mesmo que a oferta de cursos de graduação pelos institutos seja vista como um fator de expansão e ainda que assegurado o percentual de 50% de matrículas no ensino de nível médio técnico e a julgar pelo desejado *status* de universidade.

Entre tais desafios está também a necessidade de superação de dificuldades materiais, haja vista que a liberação de recursos para infraestrutura e cargos, após a implantação, tem sido acenada a partir do cumprimento de metas específicas de modo que novamente a disputa política por verbas será fato, com o agravante de uma concorrência e disputadas internas ao instituto. Não menos importante é, ainda, o desafio de se afirmar no espaço acadêmico como instituição de cursos superiores de considerável qualidade. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o governo federal amplia a rede para atuação no ensino de graduação, o mesmo poder público favorece a instituições públicas e privadas com o ensino superior “facilitado” (EaD, semipresencial, etc.) cujo principal atrativo é a formação rápida e polivalente. Certamente, estratégica, a adoção de novas formas de ingresso pode ampliar a demanda, como podem dramaticamente negligenciar a atuação dos Institutos, tendo em vista que facilitam o acesso a instituições de maior tradição no ensino superior.

Neste contexto o IFNMG se firma como Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Assim consolidado, o IFNMG prima em formar e qualificar cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, tendo em vista uma educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; oportunizando ao jovem uma possibilidade de formação já nessa etapa do ensino. Na educação superior serão ofertados cursos de tecnologia; cursos de licenciatura; cursos de bacharelado e engenharia, além de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, a especialização e também cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, mestrado e doutorado. (IFNMG, PDI 2009, p. 8-9).

3.1 Abrangência Político-Social e Educacional do IFNMG

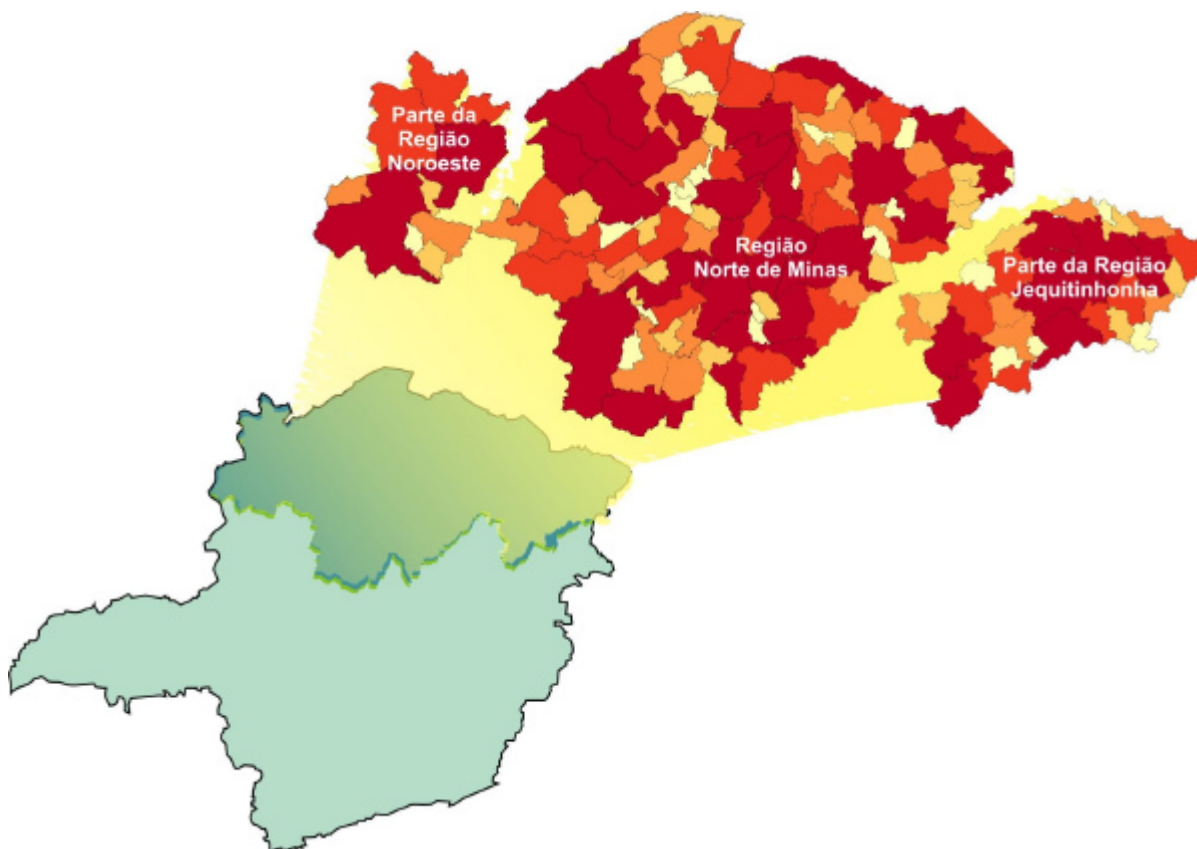


Figura 5 – A Abrangência do IFNMG: Atual (Mapa da abrangência do IFNMG após a expansão da Rede federal)
 Fonte: IFNMG

A população total das microrregiões atendidas pelo IFNMG é de aproximadamente 2.305.093 habitantes segundo o Censo Demográfico de 2006 (BRASIL, IBGE, 2006). Não se trata de desconhecimento dos graves problemas que afligem grande parte da população local e não há dúvida de que é preciso reconhecer que a área de abrangência do IFNMG não é uma região homogênea sob os variados aspectos que dimensionam uma região. No entanto, a maioria dessas considerações pejorativas não capta as diferenciações ambientais, populacionais, culturais e identitárias. Muitas são reducionistas e favorecem a reprodução de um darwinismo social. Sendo assim, as considerações seguintes procuram trazer uma análise mais consistente ao demonstrar os elementos de insustentabilidade e sustentabilidade dos territórios em análise.

São indicados como elementos de insustentabilidade socioeconômica presentes em todas as mesorregiões: o semiárido mineiro, englobando sub-regiões heterogêneas que apresentam baixos indicadores de desenvolvimento social, que se refletem nas limitações do capital social regional; o êxodo rural/urbano acentuado, em que as microrregiões baseadas em atividades econômicas tradicionais apresentam perda populacional para as mais dinâmicas; as atividades de exploração do carvão, que representam condições de produção e relações de trabalhos precários e informais; e, com os piores indicadores, a infraestrutura social, especialmente de saneamento básico da região Sudeste e carências crescentes na oferta de equipamentos e serviços de consumo coletivo (Cadernos do BDMG).

Como fator de sustentabilidade presente nessa região pode-se destacar: as políticas públicas, notadamente as de saúde, educação e assistência social, que produzem melhorias nos indicadores de desenvolvimento social; os programas e projetos de desenvolvimento social,

inclusive aqueles relativos aos assentamentos rurais presentes na região, que proporcionam a construção de relações sociais e econômicas e contribuem para revitalizar a agricultura familiar além dos projetos baseados no desenvolvimento social-comunitário; o projeto Jaíba e os demais perímetros irrigados, que representam um volume considerável de inversão pública, ampliam as possibilidades de aumento de renda dos pequenos e médios produtores e dos agricultores familiares; a usina hidroelétrica de Irapé que irá gerar 360 MW de energia com quantidade e qualidade para fomentar a economia regional.

Ainda, destacamos como elementos de sustentabilidade produtivo-tecnológicos e político-institucional e cultural a forte concentração industrial nas microrregiões de Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma e Chapada Gaúcha, destacando-se a presença de um setor industrial relativamente diversificado, com registro de unidades industriais de elevado perfil tecnológico, como no setor têxtil e agricultura altamente tecnificada; a região do Peruaçu e o Pantanal de Pandeiros, na microrregião de Januária, que possuem grande potencial para o desenvolvimento regional baseado no turismo sustentável; e o programa de revitalização do Rio São Francisco e de perenização dos seus rios tributários, por meio das microbarragens, apontam para novas possibilidades de utilização dos recursos do semiárido, inclusive em sub-regiões tradicionalmente impactadas pelas secas.

3.1.1 Descrição sumária dos campi do IFNMG

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais está organizado em uma estrutura multicampi composta por: Almenara, Araçuaí, Arinos, Montes Claros, Pirapora, unidades de Ensino descentralizadas (UNEDs) implantadas, Januária (Ex. CEFET) e Salinas (Ex. Escola Agrotécnica). Abaixo, segundo o PDI (2009), segue a descrição sumária dos Campi do IFNMG.

CAMPUS ALMENARA

A microrregião de Almenara com cerca de 175.070 habitantes (IBGE, 2006), abrange uma área de 15.452,364 Km² e é composta por dezesseis municípios: Almenara, Bandeira, Divisópolis, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto e Santo Antônio do Jacinto.

O campus Almenara oferece a comunidade almenarense e microrregião os seguintes cursos técnicos:

- Integrado ao Ensino Médio: Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática;
- Concomitante/Subsequente: Técnico em Informática, Técnico em Enfermagem e Técnico em Gerência de Saúde.

CAMPUS ARINOS

Com uma população de 81.292 habitantes (IBGE, 2006) a microrregião de Arinos compreende uma área de 54.132,982 Km² e é composta por sete municípios: Arinos, Juara, Nova Maringá, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, São José do Rio Claro e Tabaporã.

O campus Arinos oferece a comunidade arinense e microrregião os seguintes cursos:

- Integrado ao Ensino Médio: Técnico em Agropecuária;
- Concomitante/subsequente: Técnico em Agropecuária;
- Superior: Tecnologia em Produção de Grãos.

CAMPUS ARAÇUAÍ

A microrregião de Araçuaí é uma das microrregiões do estado brasileiro de Minas Gerais pertencente ao Vale do Jequitinhonha. Sua população foi estimada em 2006 pelo IBGE em 153.657 habitantes e está dividida em oito municípios: Araçuaí, Caraí, Coronel Murta, Itinga, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes e Virgem da Lapa. Possui uma área total de 10.261,986 km².

O campus Araçuaí oferece a comunidade araçuaiense e microrregião os seguintes cursos:

- Integrado ao Ensino Médio: Técnico em Agroecologia e Técnico em Informática;
- Concomitante/Subsequente: Técnico em Informática, Técnico em Enfermagem e Técnico em Administração;
- PROEJA: Agente Comunitário de Saúde;
- Superior: Tecnologia em gestão Ambiental.

CAMPUS JANUÁRIA

A microrregião de Januária inclui uma área de 33.169 Km², com uma população de 271.328 habitantes (IBGE, 2006), sendo composta por dezesseis municípios: Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Icarai de Minas, Itacarambi, Januária, Juvenília, Manga, Matias Cardoso, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, São Francisco, São João das Missões e Urucuia.

O campus Januária oferece a comunidade januareense e microrregião os seguintes cursos:

- Integrado ao Ensino Médio: Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática;
- Concomitante/Subsequente: Técnico em Informática, Técnico em Enfermagem e Técnico em Meio Ambiente;
- PROEJA: Técnico em Informática;
- Superior: Bacharelado em Administração, Agronomia e Engenharia Ambiental e Agrícola; Licenciatura em Matemática, Física e Biologia; Tecnologia em Análise e desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Irrigação e Drenagem.

CAMPUS MONTES CLAROS

A microrregião de Montes Claros é uma das microrregiões do estado brasileiro de Minas Gerais pertencente à mesorregião Norte de Minas. Sua população foi estimada em 2006 pelo IBGE em 588.321 habitantes e está dividida em vinte e dois municípios: Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia e Verdelândia. Possui uma área total de 22.248,177 km².

O campus Montes Claros oferece a comunidade montesclareense e microrregião os seguintes cursos técnicos:

- Concomitante/Subsequente: Técnico em Informática, Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Segurança do Trabalho.

CAMPUS PIRAPORA

O Campus Pirapora abrange uma área de 23.071,697 Km², com uma população de 160.798 habitantes (IBGE, 2006), sendo composta por dez municípios: Buritizeiro, Ibiaí, Jequitaiá, Lagoa dos Patos, Lassance, Pirapora, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Romão e Várzea da Palma.

O campus Pirapora oferece a comunidade piraporense e microrregião os seguintes cursos técnicos:

- Concomitante/Subsequente: Técnico em Informática, Técnico em Edificações e Técnico em Administração.

CAMPUS SALINAS

O Campus Salinas abrange uma área de 17.837,277 Km², com uma população 211.158 de habitantes (IBGE, 2006), sendo composta por dezessete municípios: Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras, e Vargem Grande do Rio Pardo.

O campus Salinas oferece a comunidade salinense e microrregião os seguintes cursos:

- Integrado ao Ensino Médio: Técnico em Agropecuária, Técnico em Agroindústria e Técnico em Informática;
- Concomitante/Subsequente: Técnico em Informática, Técnico em Administração e Técnico em Florestas.
- Superior: Bacharelado em Engenharia de Alimentos, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária e Tecnologia em Produção de Cachaça; Licenciatura em Matemática, Física, Biologia e Química.

Destarte, para entender os diversos Gerais de Minas é necessário revisitar as mesorregiões, uma vez que não há dados suficientes a respeito das áreas de abrangência do IFNMG, mesmo tendo como limitadora a idéia de que nenhum pequeno grupo de variáveis é capaz de capturar a complexa natureza do processo de desenvolvimento. Contudo, as insustentabilidades são indicadores consistentes para uma atuação governamental ativa, que objetiva promover, por meio da participação da educação, a transformação de uma região esquecida pelas políticas públicas sustentáveis. Assim, procura-se descrever cada mesorregião e as cidades acolhedoras das Unidades Descentralizadas de Ensino (UNED).

Conforme dados do PDI (2009), segue abaixo a caracterização das mesorregiões atendidas pelo IFNMG.

3.1.2 Caracterização da Mesorregião do Norte de Minas

Nas últimas décadas, por intermédio da intervenção do Estado, houve uma diversificação da estrutura produtiva local. O Estado estimulou quatro eixos básicos de desenvolvimento: (a) reflorestamento de eucaliptos e pinhos em diversos municípios da região; (b) implantação de grandes projetos agropecuários; (c) instalação de indústrias; e (d) implantação de perímetros de agricultura irrigada.

Montes Claros é o principal centro urbano do Norte de Minas e por esse motivo apresenta características de uma metrópole regional, pois seu raio de influência atinge todo o Norte de Minas Gerais e Sul da Bahia. Nos últimos 30 anos, com um importante aparato de apoio institucional a indústria (BDMG, INDI e CDI), alicerçado em instrumentos – tributários, financeiros e creditícios – de incentivos e estímulos ao setor produtivo, Montes

Claros conheceu um intenso processo de industrialização (Coteminas, Lafarge, Nestlé, Vallée, Novo Nordisk, Cotenor, Café Letícia e etc.) e diversificação de sua base produtiva, anteriormente vocacionada à agropecuária. A cidade se destaca também por ser o segundo maior entroncamento rodoviário nacional e por uma forte presença de universidades públicas e diversas escolas privadas que oferecem cursos nas diversas áreas do conhecimento, em níveis médio, de graduação, pós-graduação *Lato Sensu* (especialização) e *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado).

Januária está situada no extremo Norte de Minas, estendendo-se do Rio Urucuia até os Rio Carinhanha e Rio Verde Grande. O Vale do Peruaçu, formado pelo rio de mesmo nome, abriga dois importantes parques ecológicos, um dos mais importantes rios que formam a bacia do Rio São Francisco à sua margem esquerda. O município detém a produção da cana-de-açúcar desde o seu surgimento. A cachaça de Januária é considerada a melhor do país. O segredo está na umidade natural do solo e no clima do distrito de Brejo do Amparo, possuindo atualmente mais de 30 engenhos nas suas imediações. Parte da produção da cachaça é exportada para outros estados e até para outros países, dado o alto grau de qualidade da cachaça produzida. Apresenta uma forte presença de instituições públicas (CEFET Januária e UNIMONTES) e diversas faculdades privadas que ofertam cursos nas diversas áreas do conhecimento e diferentes níveis: graduação, pós-graduação *Lato Sensu* (especialização).

Possui um setor turístico potente, pois ao longo dos séculos formou-se uma paisagem única no mundo devido à sua constituição cárstica⁶, que atrai pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Estima-se ser o Vale do Peruaçu a terceira comprovação da presença de homínidos no continente sul-americano, que por lá chegaram em razão da atitude nômade dos nossos ancestrais, vindo posteriormente a estabelecer uma comunidade nas cavernas do Peruaçu, comprovada pelas inúmeras inscrições em arte rupestres. Também presente em Januária o Pantanal de Pandeiros, o berçário natural de peixes de todo o Rio São Francisco. Este cenário indica o potencial turístico da cidade.

A cidade de Januária, cujo campus leva o seu nome, tem uma população aproximada, conforme censo do IBGE 2010, de 65.463 habitantes, sendo 41.322 habitantes da zona urbana e 24.141 da zona rural. O principal suporte econômico é a agropecuária e a agricultura familiar, que são as atividades que mais mobilizam força de trabalho. As culturas agrícolas de maior importância para a comunidade são o feijão, a cana, o milho e a mandioca. O setor agroindustrial se destaca pela produção de cachaça, mandioca e indústria de cerâmica.

Salinas localiza-se a 650 km de Belo Horizonte, na divisa do Norte de Minas com o Vale do Jequitinhonha. O nome do município teve origem na descoberta das ricas jazidas de sal nas margens do rio, hoje o Rio Salinas, onde se formou o povoado. Encontra-se no subsolo o minério de ferro, cristal de rocha e pedras preciosas. A cidade é reconhecida pela qualidade do requeijão e da carne de sol, pelas tradições, pelo folclore e pela produção agropecuária. Duas atrações turísticas são marcantes na cidade: as Festas Juninas e o Festival Mundial da Cachaça. Ao longo das últimas décadas, Salinas se consagrou como o maior produtor nacional de cachaça artesanal. Atualmente, a produção anual gira em torno de cinco milhões de litros, sendo comercializada em todo o país e no exterior sob mais de 50 marcas, algumas de renome nacional e internacional.

⁶ Região ou terreno com feições características de processos de dissolução de rochas como o calcário, com drenagem subterrânea, cavernas e dolinas. A região cárstica, do ponto de vista hidrológico e geomorfológico (Karmann, in Teixeira et.al. 200) apresenta 3 componentes interdependentes:

1 – sistema de cavernas;

2 – condutos e rios subterrâneos;

3 – relevo cárstico com feições superficiais como dolinas, drenagem descontínua e seca, bocas de cavernas e etc.

<http://vsites.unb.br/ig/glossario/> (acessado em 29/06/2011).

A cachaça de Salinas é a segunda atividade econômica do município com participação de 33%, em média. Em 2006 foi responsável por 46,4% da arrecadação de ICMS sobre a produção da bebida em todo o território mineiro, demonstrando a força da atividade econômica. Definitivamente, a cadeia produtiva no município encontra-se consolidada. O Governo de Minas, em novembro de 2007, em reconhecimento à importância de Salinas no processo de produção de cachaça artesanal de qualidade, em parceria com a Prefeitura local, resolveu criar o Museu da Cachaça de Salinas. O museu ratifica a projeção do município no cenário da produção de cachaça.

Outra importante atividade econômica é o comércio que participa com 50%, em média, na economia do município. São centenas de pontos comerciais que demonstram todo o empreendedorismo do salinense que sempre busca o progresso e desenvolvimento pessoal e da economia do seu município. Atualmente, Salinas figura entre as dez maiores economias do Norte de Minas, levando-se em consideração a sua contribuição na arrecadação de ICMS em toda a mesorregião norte-mineira. O ICMS, imposto de competência estadual, é um excelente indicador sobre o perfil econômico de municípios e regiões.

Outra cidade pólo da mesorregião Norte de Minas é Pirapora. Segundo centro de industrialização do Norte de Minas Gerais, sendo classificada, portanto, como uma cidade de porte médio em relação à sua estrutura e funcionabilidade dentro de sua região. Em seu Distrito Industrial, instalado numa área de 5.530.000 m², abriga indústrias produtoras de ferro silício, silício metálico e têxtil. Com o crescimento da Indústria, o comércio igualmente experimenta um elevado surto desenvolvimentista em diversos setores.

A navegação, a ferrovia, a malha rodoviária, a implantação do Distrito Industrial e do Projeto Piloto de Irrigação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), os incentivos da Agência para a Energia – ADENE, a implantação do Porto Seco, as pesquisas com o gás natural, o potencial de irrigação, a potencialidade hídrica, a tendência do agronegócio microrregional são fatores que beneficiam o aquecimento do mercado de trabalho.

Além disso, vários investimentos públicos na área da saúde e da educação trazem novas perspectivas para os diversos setores econômicos. Neste contexto, é extremamente relevante a oferta de cursos em diversas áreas, níveis e modalidades, justificando a presença do IFNMG em Pirapora.

3.1.3 Caracterização da mesorregião do Jequitinhonha

O que caracteriza o Vale do Jequitinhonha é o aspecto contrastante da sua realidade. De um lado a riqueza destacada pelas potencialidades do subsolo, promissor em recursos minerais, de seu patrimônio histórico e cultural, referência para Minas Gerais e para o Brasil, de seu artesanato diversificado e de seus múltiplos atrativos turísticos. De outro lado, a extrema pobreza em que vive grande parte de sua população. Nota-se que todos os municípios têm graves deficiências nas áreas de saúde, saneamento e educação. O meio ambiente vem sendo sistematicamente agredido pela atividade mineradora, comprometendo de forma sistêmica seus recursos hídricos.

A agricultura possui caráter predominante de economia de subsistência, ficando a exploração de natureza mercantil praticamente restrita à cafeicultura, desenvolvida em alguns municípios. Merece destaque também a silvicultura, de importância recente na região do Alto Jequitinhonha, que se revela como o principal empreendimento nitidamente capitalista do setor, juntamente com a pecuária mista do Baixo Jequitinhonha.

O Vale do Jequitinhonha expressa um índice ainda alto de analfabetismo e taxas preocupantes de evasão e reprovação, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. Outro dado de extrema importância e preocupação é o destino dos alunos que saem do Ensino

Médio e não prosseguem os estudos, nem em cursos pós-médios, nem em graduações. Outra consequência drástica desse descontínuo processo educacional é a migração de vários jovens para os grandes centros em busca de capacitação e emprego.

Os Arranjos Produtivos Locais têm foco transversal nos setores de Comércio, Serviços, Agricultura, Pecuária, Agroindústria, Mineração e Artesanato. A microrregião de Almenara (parte da microrregião do Jequitinhonha/Mucuri) participa com 30,2% do total de bovinos (corte e leite), com uma empresa de beneficiamento de Leite (COOPLEAL). A agricultura relaciona-se principalmente à lavoura de feijão, mandioca, milho, café e cana-de-açúcar, conta com a comercialização destes produtos na feira livre (mercado municipal) e na Festa da Mandioca, realizada no mês de junho de cada ano. Quanto ao potencial mineral, é uma região rica em metais preciosos (granito, grafite e pedras preciosas).

O enfrentamento dos problemas sociais da região, por meio de geração de emprego e renda, sempre esbarra na falta de estrutura e pouca capacitação profissional. A superação passa necessariamente pela qualificação profissional, daí a importância do IFNMG estar presente.

3.1.4 Caracterização da mesorregião do noroeste de Minas

A mesorregião do Noroeste de Minas é uma das doze mesorregiões do estado brasileiro de Minas Gerais. É formada pela união de 19 municípios agrupados em 2 microrregiões. Cortada pelo rio São Francisco, a região tem clima tropical quente e é formada por depressões. A economia é altamente agrícola, com destaque para a produção de milho, mandioca e feijão, além da criação de gado. O povoamento da região deu-se no século XVII, quando foram criadas as primeiras fazendas de gado. Constitui a região menos populosa e menos densamente povoada do Estado. O PIB e a população da mesorregião Noroeste representam 1,7% e 1,8% respectivamente, do total do Estado de Minas Gerais. Há um potencial turístico a ser explorado, uma vez que possui locais propícios ao ecoturismo como cachoeiras e grutas.

O município de Arinos localiza-se no noroeste do Estado de Minas Gerais. Inserido na Microrregião Geográfica de Unaí, Arinos possui uma população de 17.709 habitantes (IBGE, 2002) que ocupa uma área de 5.219,92 km². Da população total, 10.137 pessoas residem nas áreas urbanas do município (o que equivale a um grau de urbanização de 57,24 %), enquanto 7.572 pessoas residem nas áreas rurais.

Estando a 700 km de Belo Horizonte, 250 km de Brasília e 280 km de Januária, Arinos sente diversos efeitos decorrentes das tendências de crescimento demográfico, com o aumento do grau de urbanização e todos os problemas furtos de um processo de crescimento que tende a assumir contornos de insustentabilidade.

A região é concentrada de grande número de propriedades rurais, conta com áreas de assentamentos da Reforma Agrária no total de 82 e, que, na maioria dos casos, dispõem de insuficiência de serviço de assistência técnica e extensão rural e utilizam baixa inovação tecnológica para desenvolverem suas atividades, de base econômica ainda pouco diversificada, tendo como consequência baixa produtividade, renda, rentabilidade, integração e conexão com os mercados consumidores. Esse quadro deixa poucas opções de desenvolvimento, principalmente para os jovens. Esses fatores acabam provocando uma forte pressão sobre o poder público municipal para a solução dos problemas, levando os jovens da região à migração precoce rural-urbana e da região para os grandes centros urbanos (Brasília-DF, Belo Horizonte e São Paulo).

3.1.5 Dados consolidados das mesorregiões

Referente à taxa de crescimento da população, tendo como fonte a Fundação João Pinheiro, pode-se observar que na região noroeste de Minas a população passou de 305.285 habitantes para 334.509, um acréscimo de 14,93%; no norte de Minas passou de 1.359.049 para 1.492.715 habitantes, um aumento populacional de 9,84%, enquanto o Vale do Jequitinhonha, com o Mucuri, teve um acréscimo de apenas 0,62%, de 971.717 para 977.779 habitantes.

Com relação ao grau de urbanização as mesorregiões do Jequitinhonha, norte de Minas e noroeste apresentam os menores graus de urbanização entre todas as outras do estado de Minas Gerais, com percentuais de 58,49%, 64,53% e 74,66 respectivamente.

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) por Setores de Atividade Econômica, as regiões norte, Jequitinhonha e noroeste participam com 4,73%, 1,96% e 1,89% respectivamente. A tabela 1 descreve a participação do PIB por setores.

Tabela 1. Participação do PIB das microrregiões atendidas pelo IFNMG

Participação Percentual do Produto Interno Bruto (PIB) por Setores no Produto Interno Bruto (PIB) Total, Segundo Regiões de Planejamento - Minas Gerais - 1999	Agropecuário	Industrial	Serviços Totais	Total
Noroeste de Minas	33,11%	34,84%	32,05%	100,00%
Norte de Minas	11,89%	44,58%	43,52%	100,00%
Jequitinhonha/Mucuri	18,90%	18,17%	62,94%	100,00%

Fonte: IFNMG, 2009.

O IFNMG é uma instituição multicampi (Campi Januária, Almenara, Araçuaí, Arinos, Montes Claros, Pirapora e Salinas) com a relevante missão de “produzir, disseminar e aplicar o conhecimento tecnológico e acadêmico, para formação cidadã, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para o progresso socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e do setor produtivo” (Plano de Desenvolvimento Institucional do IFNMG, 2009).

Diante do exposto, acredita-se que a implantação do IFNMG a partir da transformação do CEFET Januária, em conjunto com a EAFSALINAS, contribuirá de forma significativa para ampliação e consolidação da atuação institucional. Representará um reconhecimento à rede federal de educação profissional e tecnológica, cujas origens remontam ao ano de 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, que vive hoje um momento ímpar em sua história. Com a missão de oferecer educação profissional e tecnológica, pública, gratuita e de qualidade, a rede caminha, ainda mais desafiada a contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural do país, sem perder de vista o seu caráter inclusivo e sustentável. Nesse contexto, tal projeto assume uma importância estratégica para o alcance dos objetivos definidos no Plano de Desenvolvimento da Educação do Governo Federal, como política indutora de democratização do acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, de desenvolvimento socioeconômico, firmando desta maneira a atuação da rede federal de educação profissional e tecnológica em todos os níveis educacionais, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sociocultural do Norte de Minas, Noroeste e Jequitinhonha, ação destacada como imprescindível para o desenvolvimento e o crescimento do país.

Com base no que foi exposto acima, o IFNMG incentiva e apóia, não só os docentes, como também os técnicos administrativos, a participarem de eventos, encontros, congressos e a programas de pós-graduações visando qualificá-los para que os mesmos possam disseminar e aplicar o conhecimento acadêmico, contribuindo para o progresso sócio econômico cultural, principalmente da região que onde atua.

Atualmente estão em andamento os programas de pós-graduação Interinstitucionais apresentados no quadro 1.

Curso	Promotora
Doutorado em Desenvolvimento Rural - DINTER	UFRGS/PGDR
Doutorado em Ciências Biológicas - DINTER	UFOP
Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - MINTER	UESC
Especialização/ PROEJA	UFMG

Quadro 1. Programas Interinstitucionais de Pós Graduação em andamento

Fonte: IFNMG, 2011.

Além dos Programas Interinstitucionais o IFNMG mantém parceria com a UFRRJ através do PPGEA.

Na Tabela 2 apresentamos a titulação do corpo docente do IFNMG.

Tabela 2. Titulação do corpo docente

Campus	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Almenara	5	7	3	1
Araçuaí	4	10	8	2
Arinos	4	16	9	3
Januária	11	44	32	6
Montes Claros	0	9	4	3
Pirapora	4	8	6	0
Salinas	6	19	37	4
Total	34	113	99	19

Fonte: IFNMG, 2011.

3.2 A Ressignificação da Educação Profissional no Campo das Concepções e das Políticas

De acordo com o MEC/SETEC em “Centenário da Educação Profissional”, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se fundamenta numa história de construção de 100 anos, em que as atividades iniciais eram instrumento de uma política voltado para as “classes desprovidas” e hoje se configura como uma importante estrutura, buscando articulação entre a educação superior, básica e profissional, de forma pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Tem como foco a formação do jovem, do trabalhador, enquanto sujeito ativo, ético e contextualizado, capaz de compreender a realidade e superá-la; a fim de contribuir com as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais fundamentais para a capacitação necessária ao exercício da cidadania, ao desenvolvimento social e à inserção no processo produtivo. Esse é o elemento diferencial que está na gênese da constituição de uma identidade social particular para os agentes e instituições envolvidos neste contexto, cujo fenômeno é decorrente da história, do papel e das relações que a Educação Profissional e Tecnológica estabelece com a ciência e a tecnologia, o

desenvolvimento regional e local e com o mundo do trabalho e dos desejos de transformação dos atores nela envolvidos.

Parte integrante de um projeto de desenvolvimento nacional, que tem, dentre outros objetivos, a inclusão social e a sustentabilidade, a Educação Profissional e Tecnológica está sendo convocada para suprir às novas configurações do mundo do trabalho contribuindo, assim, para a elevação da escolaridade dos trabalhadores. Nesse sentido a atual conjuntura histórica é extremamente favorável à transformação da Educação Profissional e Tecnológica em importante ator da produção científica e tecnológica nacional, especialmente porque o espaço social das práticas de ensino, pesquisa e inovação desenvolvidas nessa área possui características diferenciadas daquelas desenvolvidas no espaço do mundo acadêmico.

A missão institucional dos Institutos Federais deve-se, no que diz respeito à ligação entre educação profissional e trabalho, se orientar pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para tanto, sem reproduzir as escolas profissionalizantes típicas do taylorismo/fordismo, que vão aos poucos se tornando anacrônicas pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, que demanda cada vez mais o desenvolvimento de habilidades cognitivas, éticas e estéticas em substituição aos fazeres aprendidos pela repetição e memorização, torna-se necessário estabelecer relações mais adequadas entre educação e trabalho. (KUENZER, 2007, p. 12).

Ao propor um estudo sobre “A Trajetória Profissional dos Egressos do Curso Técnico em Agropecuária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Januária” busca-se construir um referencial teórico que dê fundamentação às discussões sobre a temática citada. Emerge aqui uma discussão, pois a questão para o mundo do trabalho precisa ser tratada tendo em conta a especificidade dessa modalidade de ensino. O ensino técnico, representado pelas escolas profissionalizantes, passa por um momento de reavaliação de seus objetivos, sendo que a exigência de um “novo trabalhador” excede muitas formas de discussão sobre o assunto.

De acordo com o MEC/SETEC em “Contribuição à Construção de Políticas para o Ensino Agrícola” nota-se que o conceito de formação agrícola utilizado durante muitos anos perdeu substância. Se até pouco tempo se pensava que essa nada mais era do que a transmissão ordenada e sistemática de conhecimentos tecnológicos, destinada à difusão de tecnologias, hoje em dia observa-se a necessidade cada vez maior dessa ser vista em outra dimensão, ou seja, associada a uma nova cultura do trabalho e da produção com preservação da natureza.

Nesse contexto, a elaboração de novas políticas educacionais para o ensino agrícola implica em superar a dicotomia entre a formação profissional e formação propedêutica. Torna-se essencial buscar um modelo educativo para o ensino agrícola que leve em conta o surgimento de novas tecnologias para o ensino agrícola, de novas formas de agir e produzir, aumentando a produtividade, com menor impacto ambiental e que contemple também os movimentos sociais do campo.

O espaço onde se dão as relações sociais e econômicas e em que as instituições de ensino e seu corpo social estão inseridos é dinâmico e se constitui em constantes mudanças, o que aponta diversos desafios ao processo educacional. São fundamentais estratégias para que

as instituições de ensino tenham condições de acompanhar estas mudanças, na perspectiva de uma avaliação contínua da formação profissional ofertada, dos seus currículos, do perfil profissional dos egressos e a exigência, cada vez maior, de uma formação profissional continuada.

Para Ciavatta (2008), sobre a educação para o trabalho, “oscilamos em um mundo onde cresce o conhecimento e a capacidade de produzir riquezas, mas onde aumenta a incerteza sobre a própria sobrevivência do ser humano” (CIAVATTA, 2008, p. 100). Para ela, cabe esclarecer sobre:

A ausência de clareza quanto a que tipo de formação as pessoas deveriam receber, para se adaptar às transformações em curso, confunde-se com às ainda presentes orientações do modelo taylorista/fordista. Está em curso uma ressignificação dos processos de formação dos trabalhadores no contexto das transformações produtivas, inclusive do ponto de vista semântico (CIAVATTA, 2008, p. 103).

Todo o conhecimento adquirido numa formação parece ser irrelevante mediante o pragmatismo desse novo cenário. Como expertise no campo de estudos e pesquisas da educação técnica, a autora tem se preocupado com propostas que são direcionadas pela lógica ressignificada mercadologicamente.

Ciavatta (2008) ainda nos oportuniza uma reflexão sobre o desenvolvimento do ensino profissional ao argumentar sobre o novo perfil do trabalhador moderno. Sua formação não deve ater-se às questões técnicas e tecnológicas, deve fundamentar-se em uma qualificação abrangente que inclua a capacidade de análise e crítica, responsabilidade social, a capacidade de reação e interação com o meio. Sua adaptação e compreensão dos novos paradigmas apresentam-se como um diferencial extremamente importante, uma vantagem competitiva e prioritária.

Diante do exposto, são muitos os desafios superados pela educação profissionalizante ao longo da história. No entanto, nos dias atuais, exige-se uma formação profissional diferenciada que parece estar associada aos novos paradigmas de profissionalização para um mundo do trabalho que passa por reestruturações nos setores de produção e de gestão, sobretudo articulado aos novos processos de construção de conhecimento mediados por um aparato tecnológico antes nunca previsto na história da agropecuária. Não basta apenas formar profissionais para atuarem em determinadas áreas. É preciso educar profissionalmente o cidadão para diferentes perspectivas. Sua concepção e diretrizes devem, de fato, serem repensadas, assim como as diferentes estratégias e práticas educativas aplicadas nos processos de ensino-aprendizagem.

De acordo com a resolução nº 4 de 1999, a agropecuária compreende atividades de produção animal, vegetal, paisagística e agroindustrial, estruturadas e aplicadas de forma sistemática para atender as necessidades de organização e produção dos diversos segmentos da cadeia produtiva do agronegócio, visando à qualidade e à sustentabilidade econômica, ambiental e social. O Técnico em Agropecuária poderá trabalhar em qualquer setor de sua formação, seja no planejamento, na produção e no controle de processos produtivos em propriedades rurais ou como empresário desta área. O técnico formado nesta área deverá apresentar as seguintes competências:

- Analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas.
- Planejar, organizar e monitorar:
 - a exploração e manejo do solo de acordo com suas características;
 - as alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais;

- a propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação;
 - a obtenção e o preparo da produção animal; o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais;
 - os programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos;
 - a produção de mudas (viveiros) e sementes.
- Identificar os processos simbióticos, de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratos das culturas.
 - Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos.
 - Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita.
 - Conceber e executar projetos paisagísticos, identificando estilos, modelos, elementos vegetais, materiais e acessórios a serem empregados.
 - Identificar famílias de organismos e microorganismos, diferenciando os benéficos ou maléficos.
 - Aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético.
 - Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal e agroindustrial.
 - Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária
 - Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos.
 - Projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos.
 - Elaborar relatórios e projetos topográficos e de impacto ambiental.
 - Elaborar laudos, perícias, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias.

As transformações ocorridas em todas as áreas, principalmente no ensino agrícola, através de novas formas, principalmente de produzir e dos avanços tecnológicos, para atender a demanda da população, impõem a necessidade de repensarmos os modelos de formação do Técnico em Agropecuária. A formação técnica, mais especificamente a voltada para a agropecuária, para atender a sociedade, caracteriza-se pela incorporação de novas tecnologias, modelos de gestão da produção, empreendedorismo e pela formação de profissionais responsáveis sócio-ambientalmente.

4 A PESQUISA, A ANÁLISE E OS DADOS: NOVOS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA FRENTE ÀS EXIGÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO

A pesquisa qualitativa exige a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados, que se viabiliza pelo trabalho de campo, seguindo procedimentos metodológicos que sejam adequados ao pesquisador e ao fenômeno social a ser observado.

Trata-se de um estudo sobre a trajetória profissional dos egressos do Curso Técnico em Agropecuária de nível médio do então Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária – MG, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Januária, que concluíram o curso no período de 2004 e 2008, período de transição de um modelo de formação profissional na estrutura CEFET, o que pressupomos ser um marco em termos de concepção de formação profissional. Outro critério foi a maturidade e ao mesmo tempo os riscos do CEFET Januária tendo em vista a sua precoce adesão aos movimentos de reformas desde meados de 1990.

Segundo Bagu (1992, *apud* Frigotto, 2005), ao falar da dimensão do tempo, sinalizava que o tempo computado como um período histórico não se expressa, basicamente, por uma data simbólica, mas pelos acontecimentos que se tornaram significativos e passam a valer como marcos histórico para determinados sujeitos e atores do tempo e da história.

O levantamento das informações sobre os egressos (nome completo, sexo, telefone, endereço e etc.) foi realizado junto à secretaria acadêmica da referida instituição. A partir desses dados construímos um banco de dados, que nos proporcionou chegar aos sujeitos pesquisados para a realização da coleta de dados.

A metodologia de pesquisa para esta proposta delineou-se por um estudo de abordagem quantitativa, pois através do levantamento prévio com os egressos do Curso Técnico em Agropecuária, do IFNMG – Campus Januária, buscou-se subsídios para a formação do universo da pesquisa.

Realizou-se uma pesquisa exploratória, por meio de procedimentos como: levantamento de material bibliográfico para ampliar o quadro teórico-conceitual; elaboração, validação e aplicação de questionários – “questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (LAKATOS, 2005, p. 203). Para a devolução dos questionários, foi encaminhando um envelope anexo e selado para facilitar a devolução dos mesmos. O questionário não continha identificação do egresso, possibilitando, assim, uma maior liberdade nas respostas. E, ainda, o levantamento de dados documentais sobre o Curso Técnico em Agropecuária, para posterior diálogo com o quadro conceitual de autores que se dedicam aos estudos sobre a Educação Profissional e Tecnológica.

No entanto, durante a pesquisa, utilizamos os dados e demos, também, um tratamento qualitativo na interpretação de algumas perguntas. Nesse sentido, não extinguímos da utilização de ambas as abordagens de tratamento dos dados e procedimentos metodológicos.

Após a coleta dos dados fizemos uma análise, por meio da tabulação dos questionários, referente ao Curso Técnico em Agropecuária e fundamentação teórica. Definimos as categorias de análise a partir dos resultados originários da aplicação dos instrumentos de pesquisa bem como dos objetivos definidos para a investigação.

Vale ressaltar ainda o Projeto Político Pedagógico (PPP) do IFNMG – Campus Januária, que parte da necessidade de reflexão sobre o “fazer pedagógico” que hoje se desenvolve no âmbito interno das instituições escolares, de forma a reorientá-lo no sentido da escola democrática, preocupada com a formação da consciência de cidadania de todos os seus agentes pedagógicos.

4.1 Caracterização da Amostra

A pesquisa tomou como base o universo de 150 (cento e cinquenta) egressos, escolhidos aleatoriamente entre aqueles que possivelmente tinham o endereço atualizado, formados no Curso Técnico em Agropecuária do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária no período de 2004 a 2008. Tal período foi de transição de um modelo de formação profissional na estrutura CEFET, o que pressupomos ser um período considerado como marco em termos de concepção de formação profissional no espírito dos reformistas e da visão de universalizar esta modalidade de ensino.

Mudança na grade curricular, incompatibilidade com o curso e ingresso em curso superior, foram fatores que levaram os alunos a não concluírem o curso, conforme informações da secretaria. Nas tabelas abaixo mostramos o número de alunos matriculados por ano e o número de formandos.

Tabela 3. Número de alunos matriculados por ano

Ano de matrícula	Número de alunos matriculados início do curso
2001	168
2002	144
2003	129
2004	137
2005	214
2006	160

Fonte: IFNMG – Campus Januária, 2010.

Tabela 4. Número de alunos formandos

Ano de formatura	Número de formandos
2004	193
2005	75
2006	00
2007	88
2008	70

Fonte: IFNMG – Campus Januária, 2010.

Segundo a secretaria, o fato de no ano de 2006 não ter alunos formandos, foi devido a mudanças na grade curricular, ocorridos em 2004, passando de dois anos para três anos, divididos em seis módulos semestrais.

Dos questionários encaminhados, via correio e e-mail, obtivemos o retorno de 58 (cinquenta e oito), representando 38,66% do total.

Greve dos correios, interesse do respondente, mudança de endereço, endereços incorretos e localização rural foram motivos que influenciaram na taxa de retorno. Porém, segundo a literatura que aborda este assunto, o quantitativo recebido trata-se de uma amostra significativa e concebida como aceitável.

4.2 Caracterização dos Egressos Respondentes

4.2.1 Representação dos egressos respondentes por ano de formatura

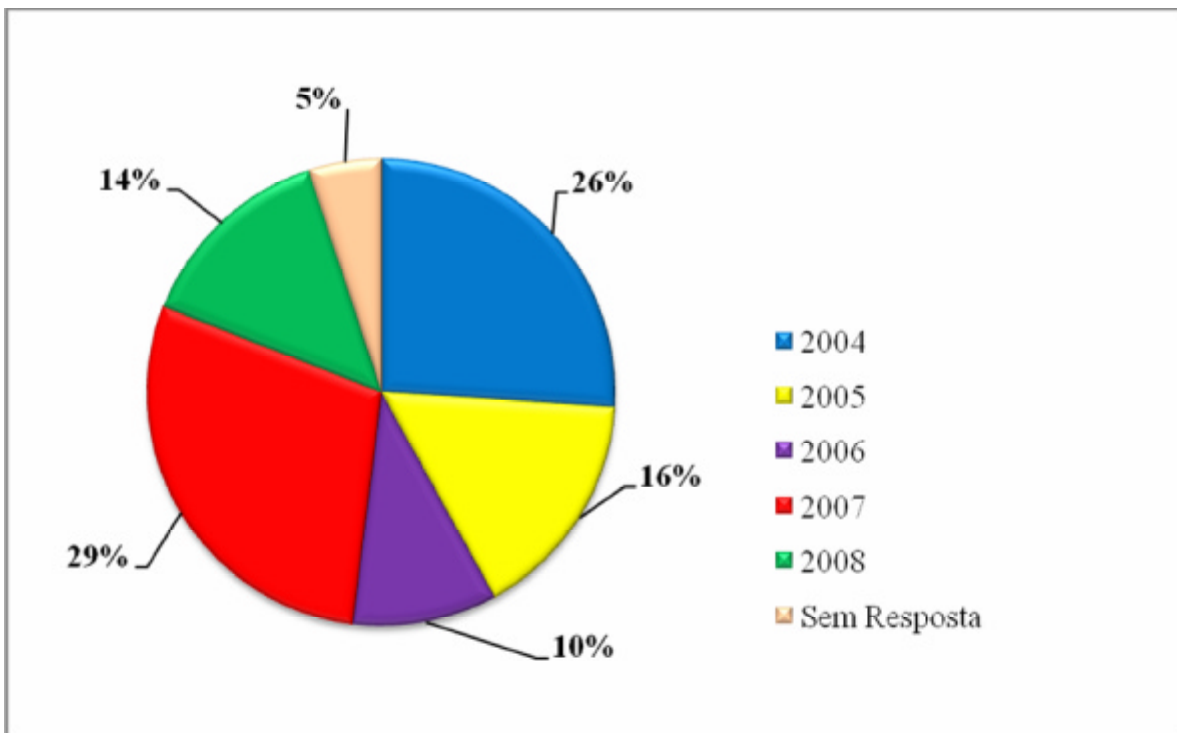


Gráfico 1 – Representação dos egressos respondentes por ano de formatura

Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados pesquisados, 2011.

O resultado da pesquisa mostra que o maior percentual, 29% dos respondentes, foram os egressos de 2007. Este fato pode ter ocorrido, talvez, por ser docente da turma, o que denota maior proximidade facilitando o contato com os pesquisados. É importante ressaltar, também, que com o passar dos anos o interesse, o número de vagas ofertadas para o curso e o número de vagas para o sistema de internato diminuiu, o que talvez justifique o baixo percentual de respondentes de 2008.

4.2.2 Sexo dos egressos respondentes

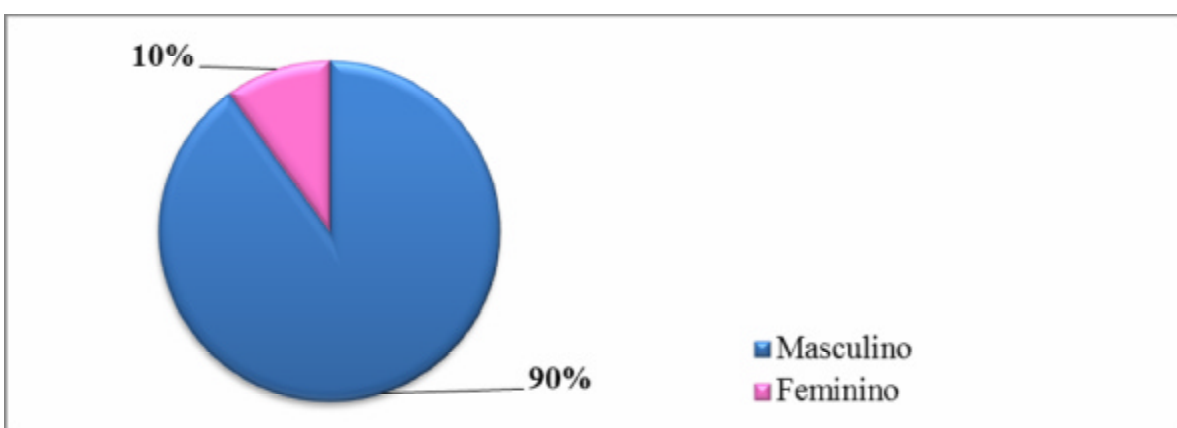


Gráfico 2 – Representação dos egressos respondentes quanto ao sexo.

Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados pesquisados, 2011.

Com clientela eminentemente masculina o ensino agropecuário tem uma participação feminina muito reduzida. A participação das mulheres em atividades agropecuárias ainda é muito reduzida. Essa característica justifica-se, às vezes, pelo regime de internato vigente

neste estabelecimento. Pressupõe-se também que a maioria é do sexo masculino por preconceito ou devido às características das atividades, consideradas estafantes, não condizendo com a classe feminina.

Mesmo não sendo foco de nossa pesquisa, trago a dimensão deste gênero como um estudo a ser perseguido por outros pesquisadores, uma vez que fica evidente a ausência de literatura sobre mulheres no ensino agrícola. Compreendo que os meus resultados sobre o baixo percentual de egressos do sexo feminino, envolve várias questões que vão desde as formas sexistas de exclusão até mesmo formas de infra estrutura, como, por exemplo, a ausência de alojamentos para mulheres.

4.2.3 Situação profissional dos egressos respondentes

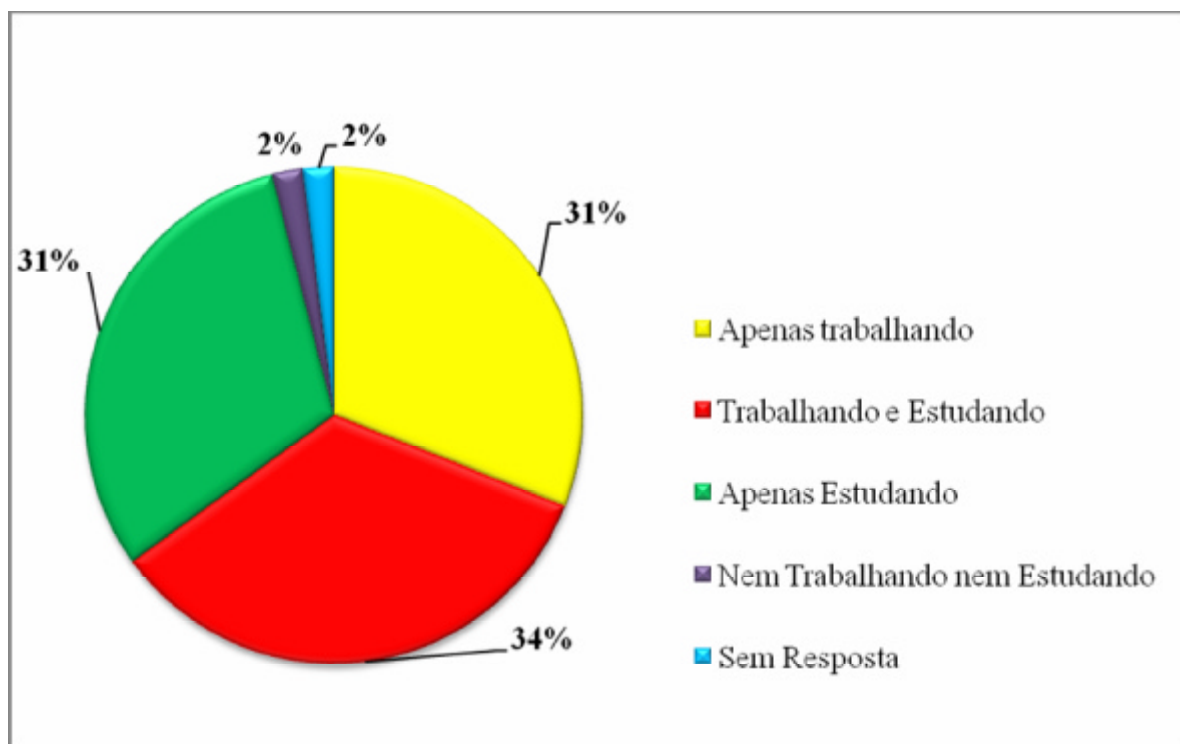


Gráfico 3 – Representação dos egressos respondentes em relação à situação profissional

Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados pesquisados, 2011.

Verificamos que 65% dos egressos estão atuando no mercado de trabalho. O percentual elevado de inserção no mercado de trabalho não constitui surpresa quando se tem a concepção do trabalho como categoria central e fundamental do desenvolvimento humano e da sociedade. Acreditamos na educação como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção no mundo do trabalho.

Segundo Ramos (2005) “a produção da existência humana, portanto, se faz mediada, em primeira ordem, pelo trabalho”. (MÉSZARÓS, 1981, *apud* RAMOS, 2005, p. 107).

No entanto, a análise da situação ocupacional dessa amostra de egressos do ensino agrícola evidencia uma configuração bastante particular relativa ao tipo de inserção no mercado. “Indica uma relação muito mais estreita entre formação profissional técnica e atividade profissional desempenhada”. (FRANCO, 1994, p. 90).

Estão inseridos no mercado de trabalho 65% dos egressos, entretanto somente 20% desempenham funções no setor agropecuário, ligados à habilitação técnica em que se formaram, conforme Resolução nº 262, de 28 de julho de 1979, 13% atua parcialmente em

atividades ligadas a sua habilitação técnica e 32% não atuam na área de formação. Dentre as áreas citadas a agricultura é a principal atividade, seguida pelo comércio.

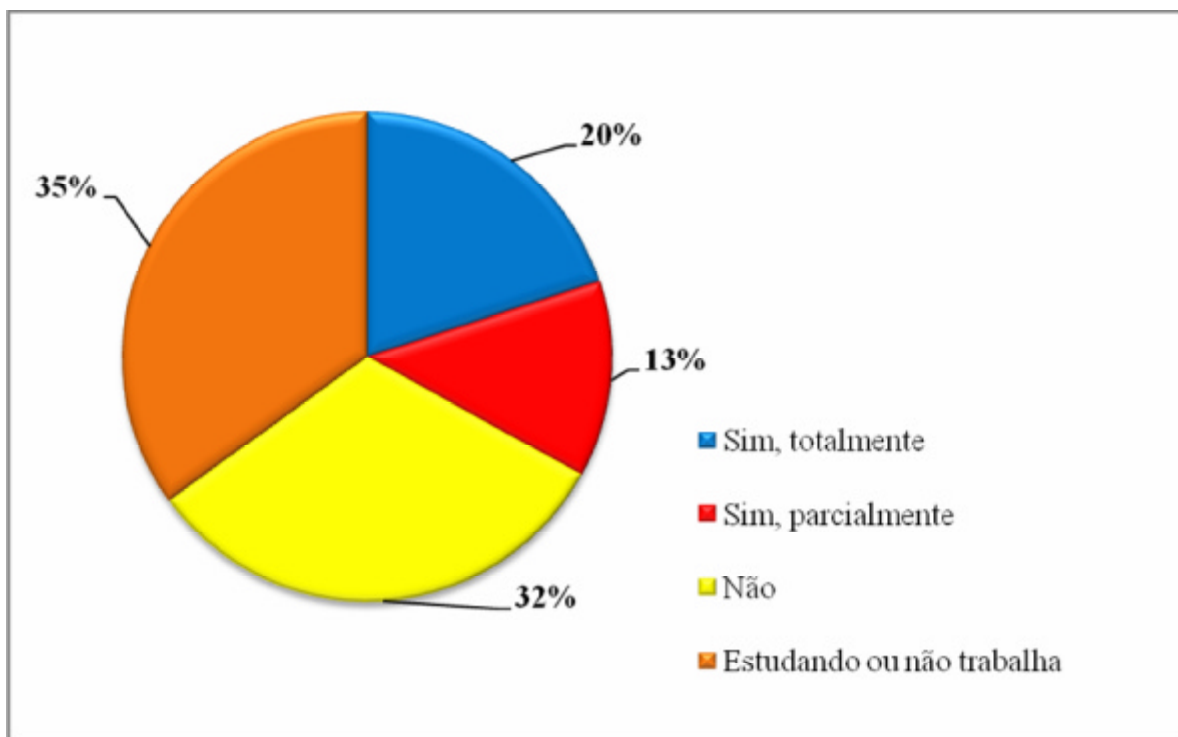


Gráfico 4 – Representação dos egressos respondentes em relação atividade profissional X área de formação.

Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados pesquisados, 2011.

Oferta de emprego fora do domicílio, pois a região é repleta de pequenas e médias propriedades, onde a própria família trabalha nas atividades agropecuárias; falta de vocação; salário oferecido, dedicação aos estudos para fazer um curso superior e efetivação em concurso público são fatores limitantes que levaram 67% dos egressos a não atuarem na sua área de formação técnica, haja vista que o IFNMG oferece um curso de excelência, que permite aos egressos a aprovação no vestibular e em concursos públicos, às vezes não relacionados com a formação técnica. Fato relevante, mesmo não sendo na sua área de formação, é o percentual de 26% das atividades profissionais serem com carteira assinada e 17% serem empregados públicos concursados nos mais diversos setores, conforme podemos constatar no gráfico a seguir.

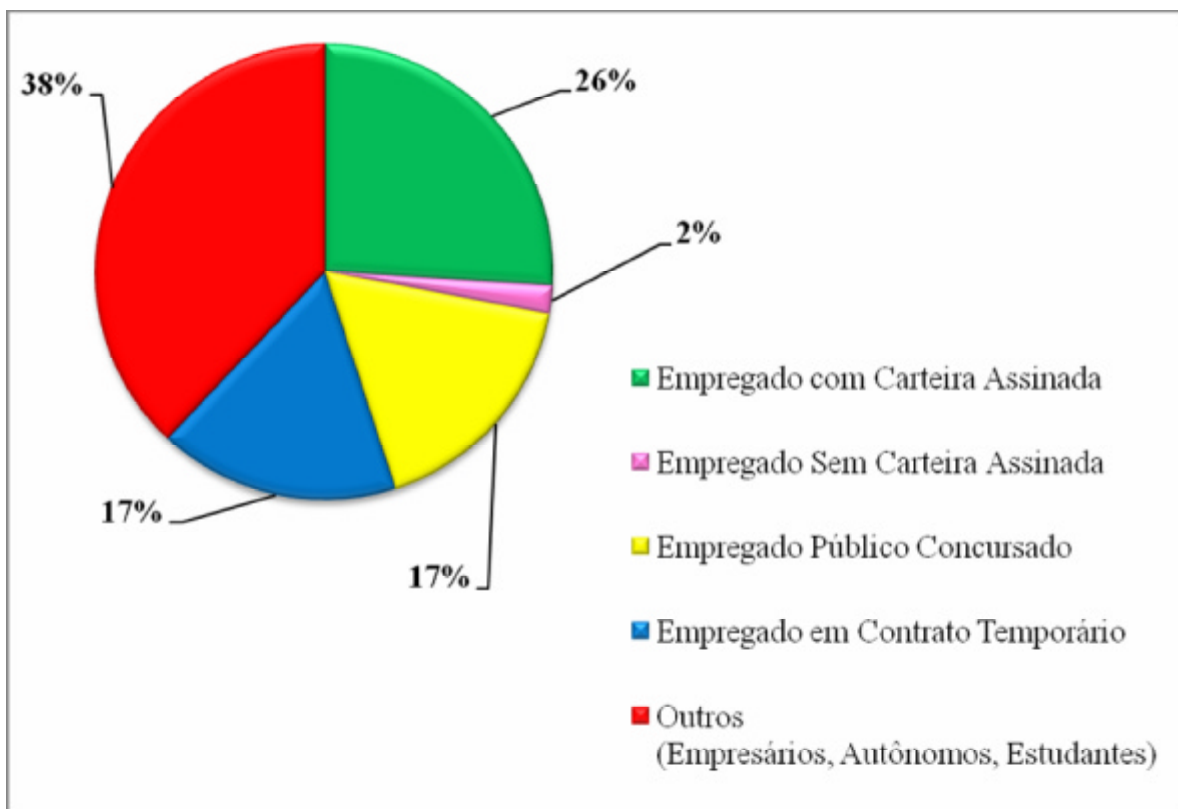


Gráfico 5 – Representação dos egressos respondentes em relação ao vínculo empregatício.

Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados pesquisados, 2011.

Constatamos, assim, que o IFNMG, que prima em formar e qualificar cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia vem cumprindo sua missão, pois permitiu aos egressos uma visão ampliada das possibilidades de inserção e permanência no mercado de trabalho, em ocupações nem sempre correlatas com a área de formação, porém que promovem a melhoria da qualidade de vida, o aumento da renda e da auto estima.

Ficou evidente que o IFNMG – Campus Januária oportuniza formação para que os egressos possam atuar em diversas áreas afins no mercado de trabalho, ficando a critério de cada egresso a escolha, dentro de suas possibilidades, da área em que deseja atuar, de forma consciente e responsável, usufruindo dos direitos e deveres da cidadania.

A empregabilidade, por sua vez, é entendida como um conjunto de características do trabalhador, que permite sua inserção (e permanência) no mundo do trabalho. Estas características se constituem num corolário de conhecimentos, habilidades, competências e esforço individual de (re)adequação às exigências do trabalho. (BRASIL, MEC/SETEC, 2009, p. 12).

Cabe uma visão crítica sobre este discurso legal, supracitado, na medida em que à noção de competências expressa interesses de forças ideológicas do novo ciclo do capitalismo, agindo sobre o sistema educativo, trazendo uma carga de valores representativos de uma teia cultural, política e econômica na qual se inserem, e, portanto, têm que ser entendidos dentro de um momento histórico e do jogo de interesses que configuram as transformações no mundo do trabalho. O Técnico em Agropecuária vem sendo formado desde a década de 1966 até o enfraquecimento do sistema escola-fazenda, início do século XXI, sob a dimensão da empregabilidade pelo viés dos sistemas de produção hegemônicos do campo e

comportamentos flexíveis para que o trabalhador possa assumir certa polivalência para aquentar a instabilidade do mercado de trabalho.

Vivemos desde o início do século com contradições em relação ao trabalho como categoria específica e trabalho escravo ou como força de trabalho, sem perder de vista o avanço científico e tecnológico, ainda em poder dos capitalistas. Resultante disso é a socialização do mercado de trabalho, mediante lutas dos próprios trabalhadores ampliando seus direitos, como saúde, educação e previdência social. O trabalho surge como direito, embora não supere a existência das classes sociais e, portanto, da desigualdade social.

Na tentativa de superar essas dicotomias, a educação, em particular a Educação Profissional, se vincula a uma perspectiva integradora e uma das funções da escola passa a ser a empregabilidade. Segundo Ramos (2006), o currículo por competências é o meio pelo qual a pedagogia das competências se institucionaliza na escola, com o objetivo de promover o encontro entre formação e emprego. Porém, não se pode afiançar, que a Educação Profissional garanta a geração de emprego. A instrução e qualificação da população, com a ampliação do sistema escolar, oferecendo maior instrução à população, não eliminaria o desemprego.

4.2.4 Formação continuada dos egressos respondentes

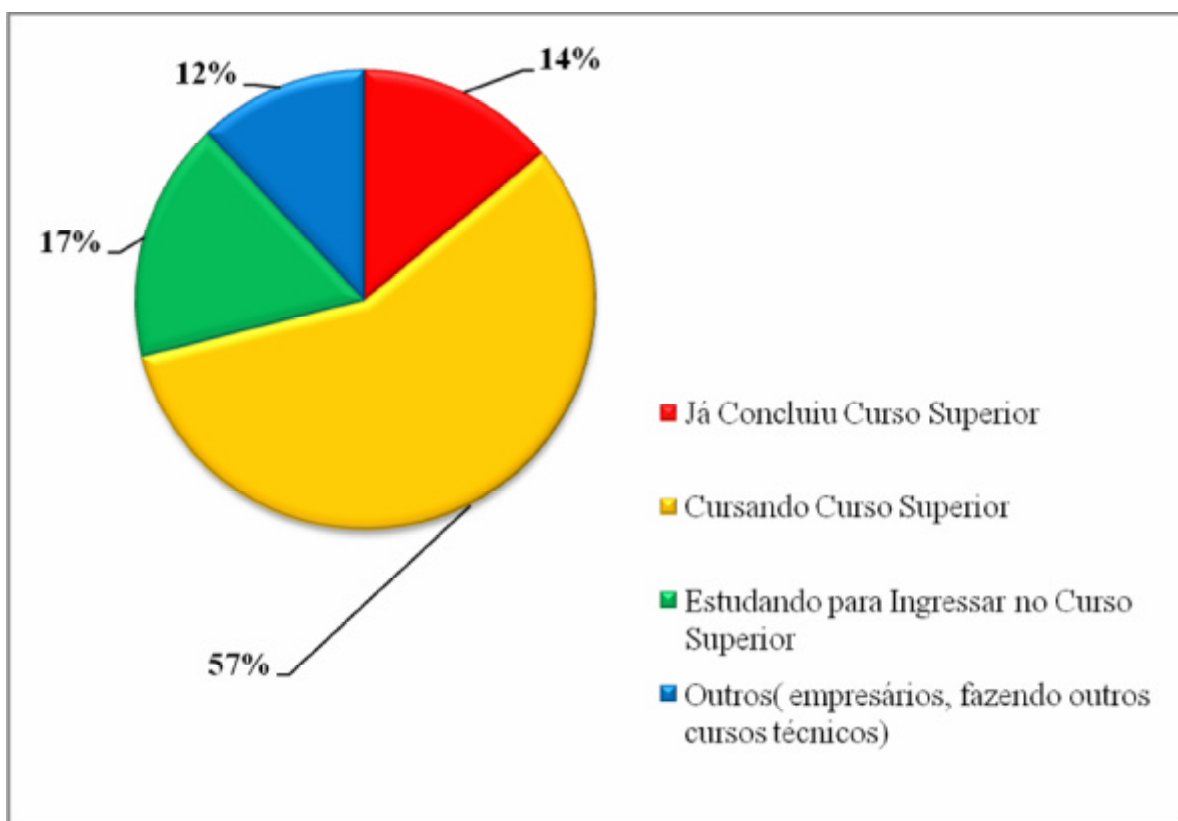


Gráfico 6 – Representação dos egressos respondentes em relação á formação continuada

Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados pesquisados, 2011.

Dentre os 14% dos alunos (8 alunos), que já concluíram um curso superior, 7 cursaram Tecnologia em Irrigação e Drenagem, oferecido pela própria instituição. Motivos socioeconômicos, falta de opções em área afim a de formação e baixa oferta, até então, de cursos superiores são motivos que levaram os egressos a não cursar um curso superior.

Quanto aos alunos que ainda são acadêmicos, que corresponde a 57% dos respondentes (33 egressos), 34% cursam Agronomia, 28% cursam Administração e os demais

nas mais diversas áreas da educação. Vocação para a área de formação técnica, continuidade dos estudos na área de formação e mercado de trabalho são fatores preponderantes na escolha pelo curso de Bacharelado em Agronomia, enquanto a opção pelo Bacharelado em Administração se dá pelo leque de opções que o curso proporciona no mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito a concursos públicos.

Quanto aos alunos que estão se preparando para ingressar em um curso superior, há um interesse maior pelo bacharelado, principalmente pelas engenharias que se destacam nas pesquisas de opinião porque demonstra um imaginário permeado de valores positivistas e de preconceito com profissões que não remuneram como o bacharelado e nem abrem capital social e cultural. Os cursos mais cobiçados pelos egressos que estão se preparando, através de estudos autônomos ou em cursos preparatórios, foram Engenharia Ambiental e Agronomia, dentre outros como Biologia, Direito e Zootecnia, enquanto que 12% não pensa num curso superior, preferindo, no momento, realizar cursos relativos à sua atual área de trabalho.

O resultado observado na pesquisa reafirma a oferta de uma educação de qualidade oferecida pelos institutos, tal como preconizam de Paula *et al.* (2006), posto que cada vez mais os jovens vislumbram cursar a educação técnica, em escolas ou institutos federais, como não apenas um meio de se tornar um técnico, mas também como oportunidade de continuar seus estudos.

A busca pela atualização e crescimento abre novas oportunidades no mercado, melhora o desempenho nas atuais atividades, sendo de grande importância para se ter competitividade no mercado de trabalho.

4.2.5 Remuneração mensal dos egressos respondentes que estão trabalhando

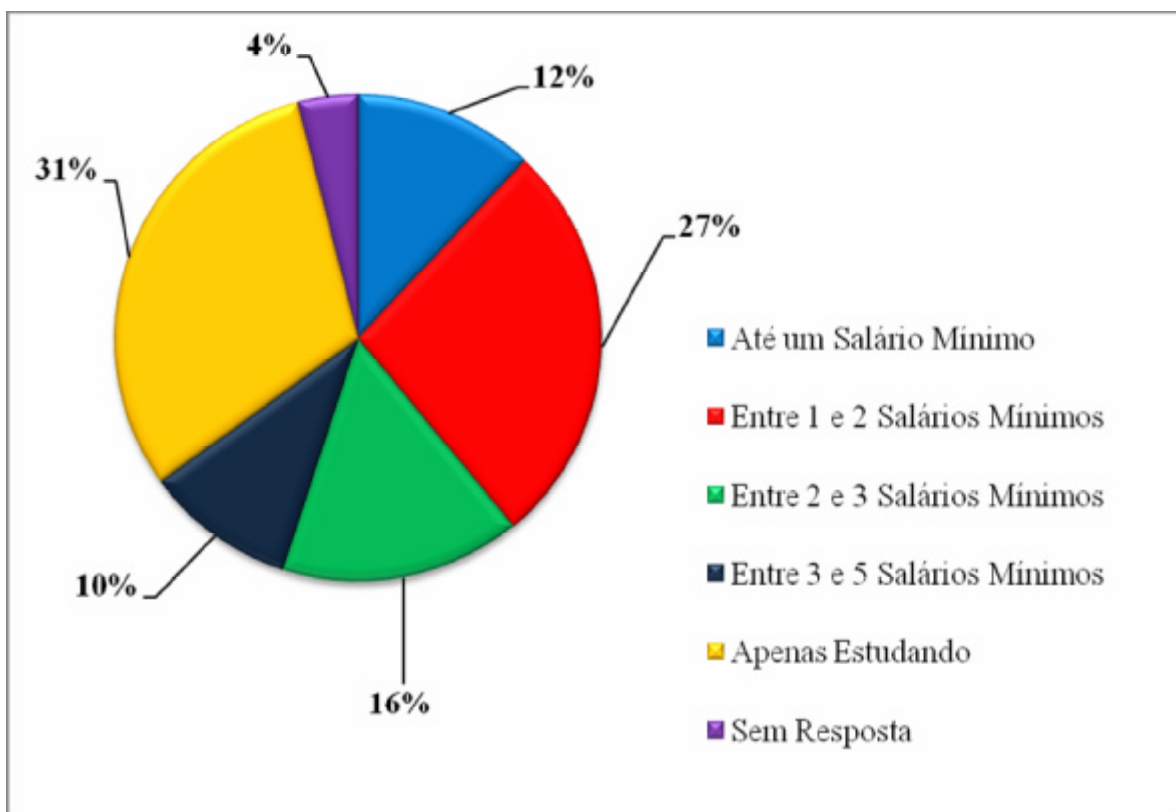


Gráfico 7 – Representação dos egressos respondentes em relação à remuneração mensal.

Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados pesquisados, 2011.

Quanto à renda dos egressos, o primeiro dado a salientar é o de que 12% dos que declararam está trabalhando, recebem até 1(um) salário mínimo por mês. Esse percentual, apesar de parecer pequeno, fere os direitos do cidadão, principalmente no que tange a desvalorização dos trabalhadores deste importante setor da economia. As atividades principais das famílias desta região estão ligadas à pecuária extensiva e à agricultura familiar, fator este que pode justificar esta situação. Cabe mencionar que os egressos que trabalham se sentem, de um modo geral, satisfeitos com sua atividade profissional, conforme gráfico a seguir.

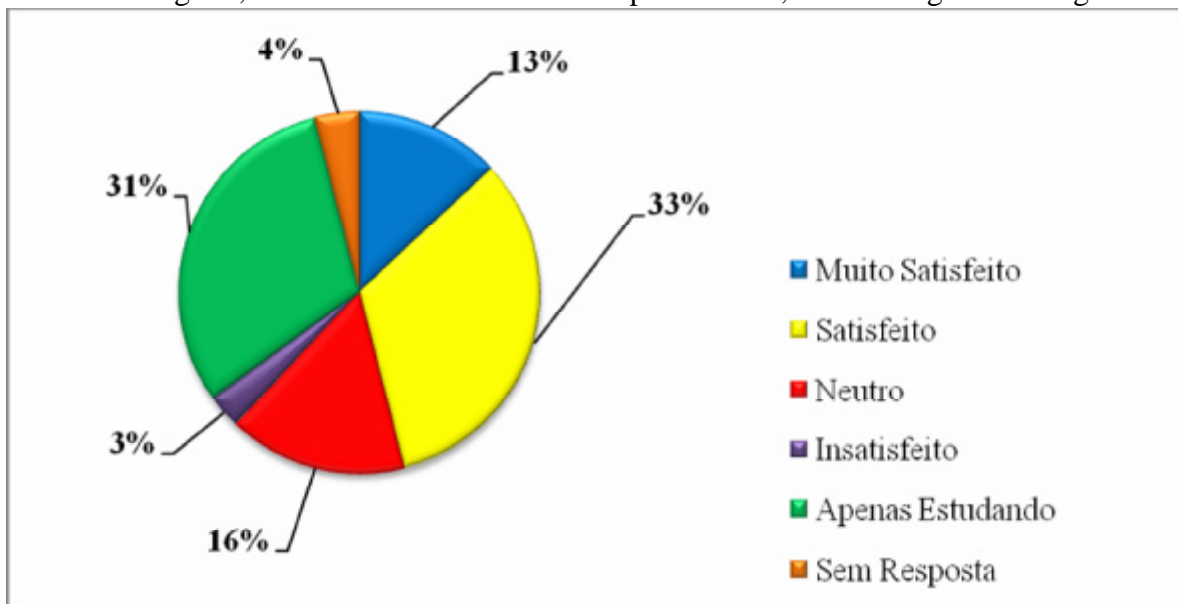


Gráfico 8 – Representação dos egressos respondentes em relação à atividade profissional
 Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados pesquisados, 2011.

4.2.6 Ofertas profissionais para o Técnico em Agropecuária

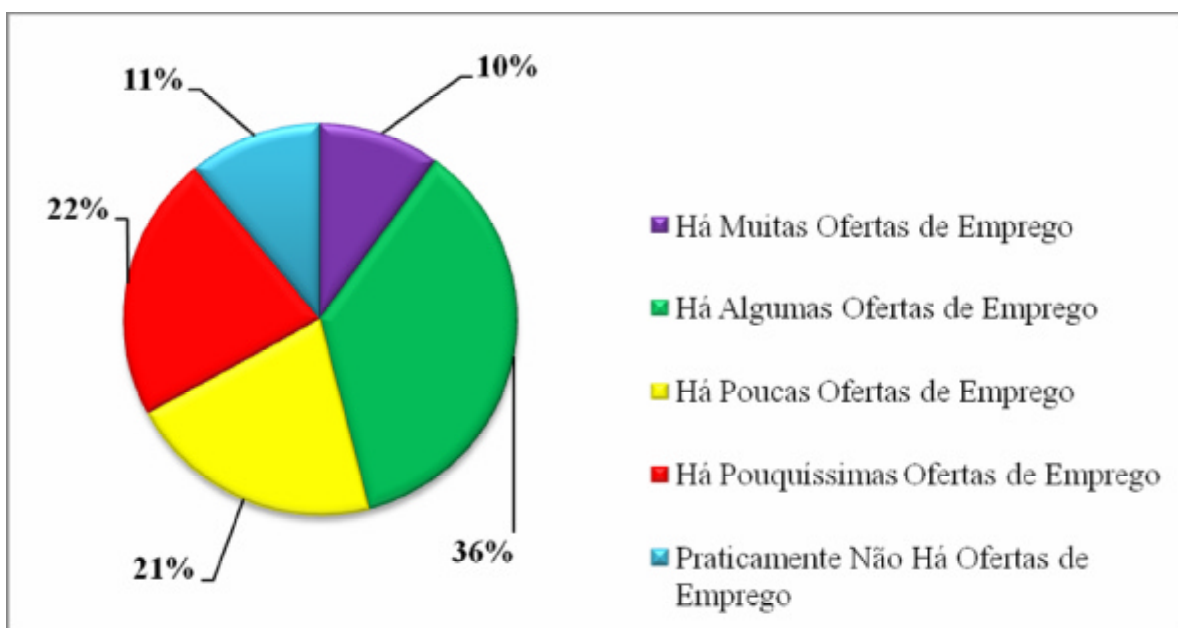


Gráfico 9 – Representação dos egressos respondentes em relação à oferta de emprego
 Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados pesquisados, 2011.

Caracterizada, em muitos momentos e de forma apressada e generalizada como “bolsão de pobreza”, “região problema”, “vale da miséria”, “ferida de subdesenvolvimento”

etc. as microrregiões atendidas pelo IFNMG carecem de investimentos principalmente no setor agropecuário. Este fator implica na pouca oferta de trabalho aos egressos do Curso Técnico em Agropecuária.

4.2.7 Remuneração do Técnico em Agropecuária

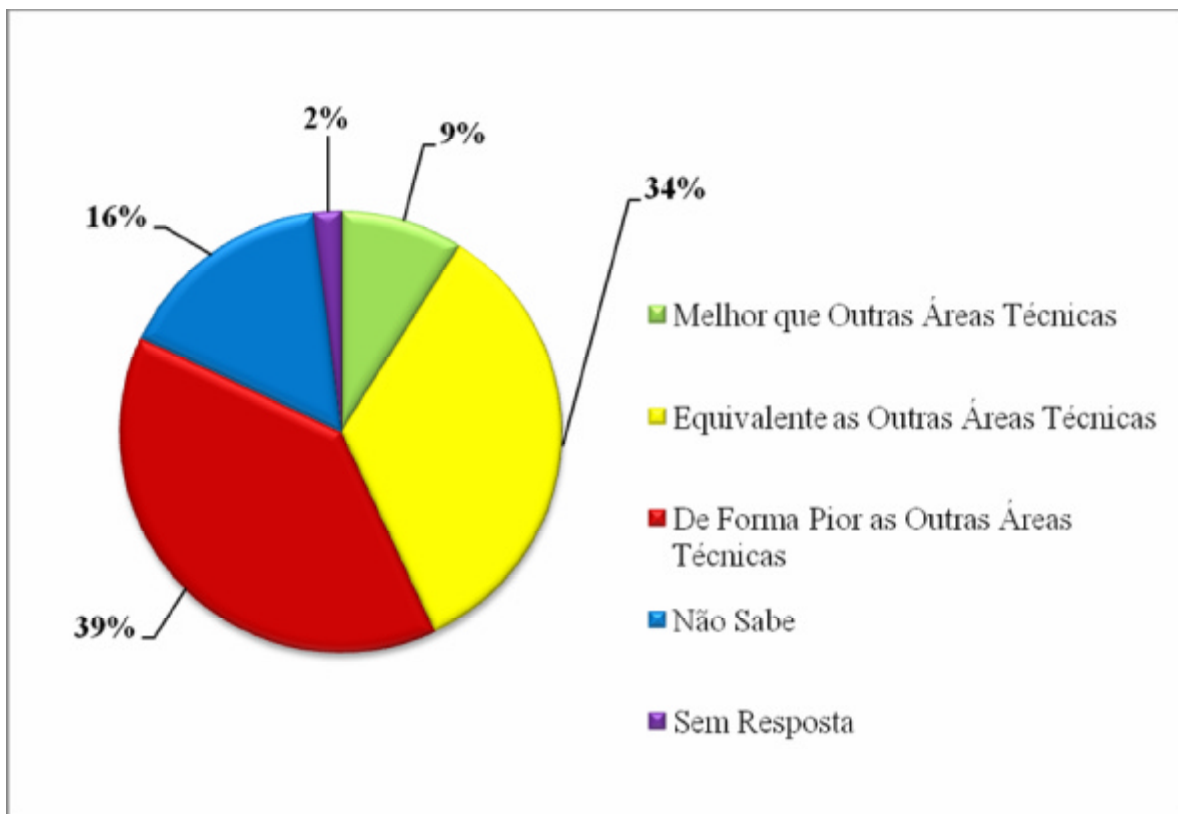


Gráfico 10 – Representação dos egressos em relação à remuneração em outras áreas
Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados pesquisados, 2011.

Nota-se que sobre a remuneração do Técnico em Agropecuária 98% dos egressos responderam a pergunta. O resultado condiz com os dados anteriores, justificando parcialmente a atuação dos egressos em outra área. 39% dos egressos respondentes afirmam que a remuneração é feita de forma pior do que nas outras áreas, isso confirma a desvalorização dos profissionais desta área.

4.2.8 Conteúdos ministrados X Exigências do mundo do trabalho

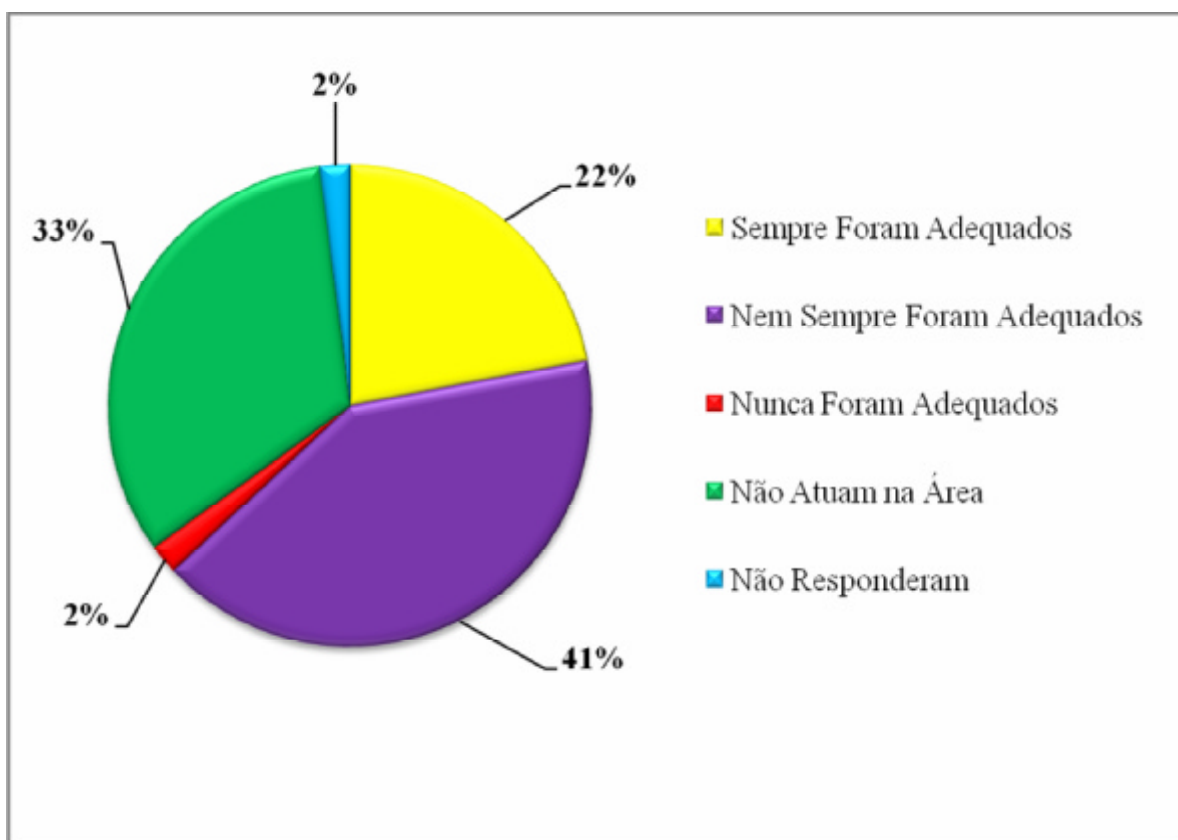


Gráfico 11 – Representação dos egressos respondentes em relação a conteúdos ministrados X exigências no mundo do trabalho

Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados pesquisados, 2011.

Verifica-se que dos 33% dos alunos (20 alunos) que atuam totalmente ou parcialmente na sua área de formação, conforme gráfico 4, 41% disseram que os conteúdos não correspondem às necessidades do mundo do trabalho. Este fato reafirma um dos objetivos desta pesquisa que é o de identificar se as habilidades e competências a eles conferidas e se os conteúdos curriculares ministrados atendem à formação de um técnico com o perfil necessário às novas exigências do mundo do trabalho, podendo assim servir como reflexão e propositivas sobre a política institucional do IFNMG – Campus Januária, no que tange a configuração de metodologias, de processos de planejamento e reestruturação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Por conseguinte, em nível mais específico, poderão colaborar para uma redefinição em âmbito didático, curricular e avaliativo. Tais mudanças são necessárias, talvez, em função da ressignificação da educação, principalmente no campo da agropecuária.

O resultado encontrado contrasta quando comparado ao resultado que avalia a formação profissional obtida nas disciplinas ligadas à agropecuária, em que 86% dos alunos avaliaram em ótima ou boa a formação profissional, conforme gráfico a seguir.

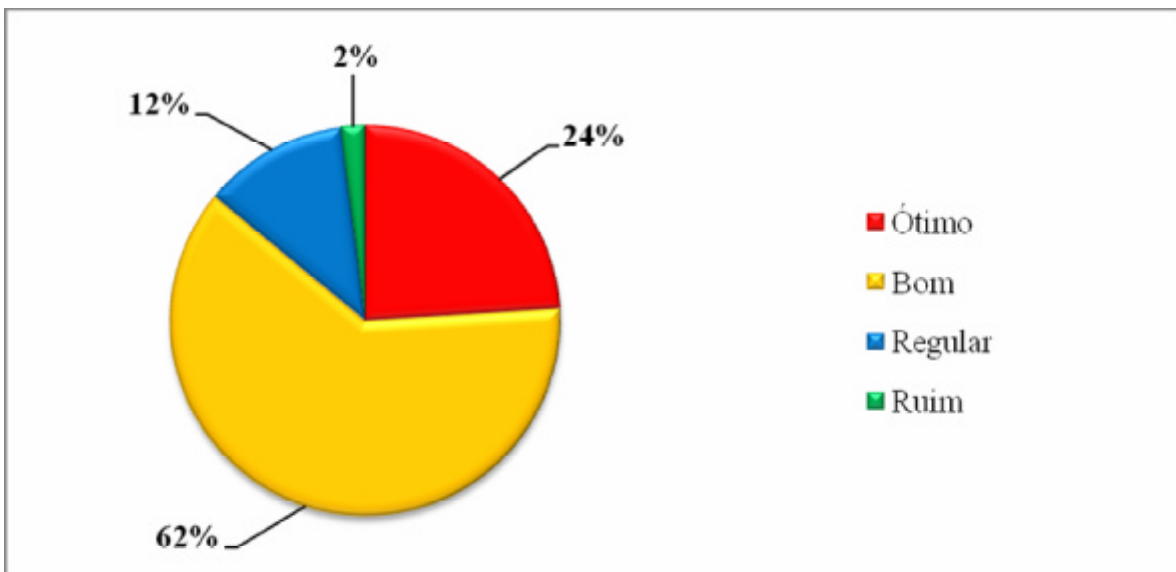


Gráfico 12 – Representação dos egressos respondentes em relação à avaliação da formação profissional

Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados pesquisados, 2011.

O resultado contrastante entre os conteúdos ministrados X relação com o mundo do trabalho e a avaliação profissional obtida nos remete a questionar se o ensino do IFNMG é técnico ou propedêutico, em face de sua inserção no mundo do trabalho.

4.2.9 Avaliação do IFNMG quanto a sua função social

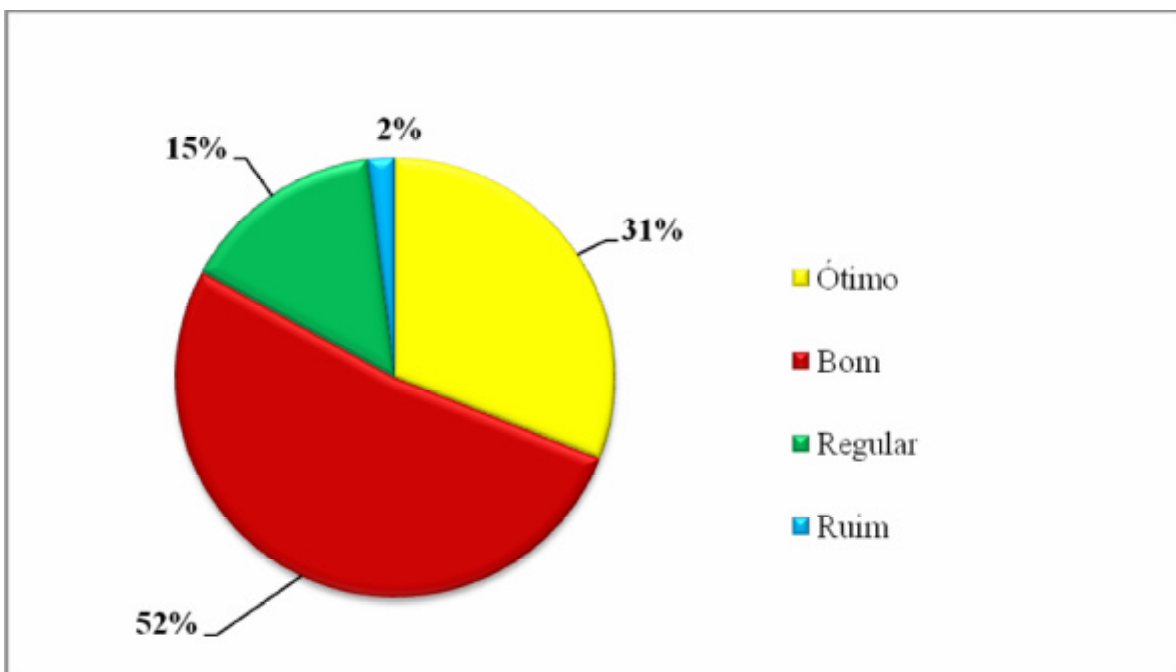


Gráfico 13 – Representação dos egressos respondentes em relação à avaliação institucional.

Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados pesquisados, 2011.

Este resultado retrata a missão do IFNMG que é de oferecer educação profissional e tecnológica, pública, gratuita e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural do país, sem perder de vista o seu caráter inclusivo e sustentável.

5 CONCLUSÃO

A educação profissional no Brasil sempre foi um tema amplamente discutido, por ser um ponto de incongruência e tensão entre a educação geral e profissional. Cabe à escola a adequação ao mundo do trabalho, a formação do indivíduo para a cidadania, a qualificação da mão de obra, a educação geral, a dualidade na formação, ou ainda a que prepara a população jovem para a continuidade dos estudos e paralelamente para o mundo do trabalho.

O ensino profissional, em específico o agrícola, passou ao longo dos anos por várias transformações na tentativa de minimizar a dualidade do ensino e de acabar com o fator discriminatório em relação à educação profissional, porém só após o fim da Ditadura de Vargas é que o ensino técnico agrícola de nível médio teve sua primeira e efetiva regulamentação, estabelecida pelo Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, denominada de “Lei Orgânica do Ensino Agrícola”.

Tais transformações, com o tempo, têm o objetivo de proporcionar à escola de ensino e aprendizagem profissional uma formação profissional com o perfil sócio-ocupacional exigido pelo mercado de trabalho, principalmente em função do avanço tecnológico e da escassez de mão de obra qualificada.

Desta forma as instituições de educação profissional e tecnológica se preparam para responder às questões norteadoras do processo ensino e aprendizagem, no que se refere ao trabalho como princípio educativo, focado pela concepção de homem pensante, líder, criativo, ético, capaz de tomar decisões, voltado para o trabalho coletivo, uso de novas tecnologias e implementação de pesquisas e novos investimentos que geram a expansão do mundo do trabalho em constante transformação e crescimento humano e econômico.

O objetivo desta pesquisa foi analisar a trajetória profissional dos egressos do curso Técnico em Agropecuária do IFNMG – Campus Januária, a sua situação/contexto sócio-ocupacional no mercado de trabalho, os principais setores em que os egressos se inserem, as habilidades e competências a eles conferidas, os conteúdos curriculares ministrados e a satisfação deles sobre a contribuição do curso técnico para seu desempenho profissional e sua trajetória na perspectiva do acesso ou não aos programas de educação continuada.

De acordo com os egressos, em sua maioria, o IFNMG – Campus Januária oferece uma formação de qualidade, eles estão muito satisfeitos e se consideram aptos a exercerem suas atividades no mercado de trabalho, apesar de afirmarem que um recém formado não tem experiência e está cheio de dúvidas. Eles questionam a falta de mais atividades práticas e visitas técnicas, para assim aprimorarem o conhecimento das competências que lhes foram atribuídas. Os egressos denotam ainda que nenhum profissional aprende somente com a base teórica.

Ficou evidente que a formação profissional oferecida se destaca pela qualidade, tendo em vista a estrutura física e humana, pois possui em seu quadro, diversificados ambientes de aprendizagens e educadores qualificados, porém ressaltaram a importância de enfoques relacionados a culturas diferentes dos arranjos produtivos locais, tais como soja e trigo.

Salientamos também a preocupação dos egressos quanto à preservação ambiental. Eles sugerem a revisão curricular para acrescentar o estudo do Código Florestal como disciplina, pois esta trata da proteção do meio ambiente e seu desenvolvimento sustentável.

Notou-se na análise dos dados a importância da formação técnica ofertada, na perspectiva tanto da inserção no mundo do trabalho quanto nas possibilidades que se têm de condições mais favoráveis de permanência ou desenvolvimento no trabalho, para promover a melhoria da qualidade de vida, o aumento da renda e da autoestima.

Outro aspecto destacado é a necessidade de formação para a gestão e o empreendedorismo, que não tem sido suprida com eficácia. Alguns entrevistados acreditam

que isso se deve a esses cursos se limitarem ao aspecto da racionalidade econômica, distanciando o aluno do mundo real.

Parte dos entrevistados expressou preocupação sobre a necessidade de uma formação básica, em relação aos avanços tecnológicos, para que o profissional conheça, pelo menos, os princípios básicos que regem as tecnologias para estar apto à sua utilização. Para tentar suprir estas necessidades citaram a participação em eventos e visitas técnicas a fazendas de grande porte, que utilizam máquinas agrícolas com tecnologia avançada.

O aspecto metodológico da pesquisa comprovou ser efetivo, pois possibilitou traçar um perfil dos egressos do IFNMG – Campus Januária. Vale ressaltar que alguns empecilhos como endereço rural, greve dos correios e mudanças de endereço dos egressos impossibilitaram um maior percentual de retorno dos questionários, não comprometendo a pesquisa. Constata-se, indiscutivelmente, a importância e a necessidade de procedimentos de atualização cadastral dos alunos.

Longe de ter descoberto todas as respostas para os questionamentos iniciais e os que ocorreram durante a pesquisa, este trabalho se colocou na perspectiva de traçar um perfil dos egressos do Curso Técnico em Agropecuária do IFNMG – Campus Januária que traduzisse a trajetória profissional em relação a sua situação/contexto sócio-ocupacional no mercado de trabalho dos principais setores em que os egressos se inserem, verificando não apenas sua inserção, mas também as habilidades e competências a eles conferidas, os conteúdos curriculares ministrados e a satisfação em relação à contribuição do curso técnico para seu desempenho profissional, bem como sua trajetória na perspectiva do acesso ou não aos programas de educação continuada.

As informações apresentadas certamente servirão de referências para indagações e hipóteses. Isso servirá de motivação para que se inicie a implantação de procedimentos de acompanhamento dos egressos, tendo como objetivo maior a melhoria da formação profissional e, conseqüente, transformação da realidade sociocultural e econômica do país.

Esperamos, portanto, que esta dissertação contribua para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição. Outra contribuição que vislumbramos, não sendo uma proposta acabada, mas sim em permanente construção, é subsidiar a coordenação do curso com informações repassadas pelos egressos quanto aos aspectos didáticos pedagógicos que permeiam a formação, a infraestrutura e a qualificação do corpo docente desta renomada instituição.

A pesquisa levou-nos a um diagnóstico da realidade do IFNMG – Campus Januária. Assim, permite-nos concluir que a instituição, por meio do que foi apontado, poderá promover as mudanças necessárias para a formação de um profissional ainda mais preparado para o mundo do trabalho.

6 REFERÊNCIAS

- ALVES, Mazzotti A.J, GEWANDSZNAJDER, f. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa**. São Paulo: Thomson, 2004.
- BONFIM, Alberto Acirole. **A trajetória Profissional dos egressos do Curso Técnico em Agropecuária da EAF de São Cristovão, SE**. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). 59 p. Seropédica, RJ, PPGA/UFRRJ, 2008.
- BRASI MEC/SETEC. **Cadernos Temáticos**. SETEC, Brasília nº 20, 2008d.
- BRASIL MEC/SECAD. **Cadernos Pedagógicos do Projovem Campo - Saberes da terra**. SECAD, Brasília, 2008a.
- Brasília: MEC/SECAD. **Caderno Pedagógico educandas e educandos**. SECAD, Brasília, 2008b.
- BRASIL MEC/SETEC. **Cadernos Temáticos**. SETEC, Brasília nº 17, 2007a.
- BRASIL MEC/SETEC. **Contribuição à Construção de Políticas para o Ensino Agrícola da Rede Federal**. Brasília MEC/SETEC, 2007b.
- BRASIL MEC/SETEC. **Educação profissional e tecnológica: legislação básica - Técnico de Nível Médio**. Brasília, 2008c.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.
- _____, **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamente o parágrafo 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- _____, **Decreto nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Criação da Escolas de Aprendizes e Artífices.
- _____, **Decreto nº 72.434**, de 09 de julho de 1973. Cria a Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola – Coagri.
- _____, **Decreto nº 76.436**, de 14 de outubro de 1975. Altera o Decreto nº 72.434, alterando o nome da Coagri para Coordenadoria Nacional do Ensino Agropecuário.
- _____, **Decreto nº 9.613**, de 20 de agosto de 1946. Estabelece a Organização do Ensino Agrícola.
- _____, **Lei nº 11.195**, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da lei 8.948/94.

_____, **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

_____, **Lei nº 3853**, de 18 de dezembro de 1960. Cria a Escola Agrotécnica de Januária.

_____, **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional.

_____, **Lei nº 7.044**, de 18 de outubro de 1982. Altera a Lei nº 5692/71

_____, **Lei 8.948**, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

_____, **Lei 9.394**, de 20 de novembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil**. Rio de Janeiro: IESAE, 1979.

ClAVATTA, M. **Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo** in: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século** pag. 100 – 137. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COELHO, Carlos Dinarte; RECH, Luiz Roberto Dalpiaz. **Técnico Agrícola: formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. Capítulo 5. São Paulo, SP: UNESP, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O ensino médio no Brasil: visão histórica, situação atual e perspectivas**. In: Educação em revista. Belo Horizonte: FAE – UFMG, n. 27. Julho 1998.

DUBAR, Claude. **A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo, SP: Editora Martins Fontes, 2005.

FRANCO, Maria L. **Ensino Médio: desafios e reflexões**. Pág. 75–101. Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Coleção magistério, formação e trabalho pedagógico).

FRANCO, Maria L. **Introduzindo a problemática do ensino técnico agrícola, um pouco de sua história**. Revista brasileira de estudos pedagógicos. Brasília, INEP vol. 68 nº 158 41-64 jan/abril 1987.

FRANZO, Naira Lisboa. **Entre a formação e o trabalho: trajetórias e identidades profissionais**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006 (Série Política e Gestão da Educação).

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4ªed. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **A formação do "cidadão produtivo": a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **A formação do "cidadão produtivo": da política de expansão do ensino médio técnico nos anos 80 à fragmentação da educação profissional nos anos 90: entre discursos e imagens** (2001-2004). Rio de Janeiro: UFF, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. SP: Cortes, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século**. 9ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social**. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMSCI. **Cadernos do Cárcere – notas sobre o Estado e a política**. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques & Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000. v. III.

IFNMG. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Montes Claros, MG, 2009. 145p.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício 2010**. Montes Claros, MG, 2011. 116p.

KUENZER, Acácia Zeneida. **O ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

KUENZER, Acácia Zeneida (org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Cortez 2001a.

KUENZER, Acácia. **Dualidade estrutural: seguindo o fio da história**. In: _____. Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001b, p. 09-28.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

MANSUR, Paulo Robson. **Egressos da Escola Agrotécnica de Alegre e sua inserção regional**. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola), 75 p. Seropédica, RJ, 2005.

OTRANTO, Célia Regina. **Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. In: RETTA – Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas. UFRRJ/PPGEA. Vol1, nº 1. Seropédica, RJ: UFFRJ/ Edur, 2010.

PAULA, L.A. L. de; FREITAS, S.M.P.; PORPHIRIO, V.M.T.T.; ALMEIDA, M.L.; REIS, E.R.; COSTA, R.S. **Educação Profissional e Qualidade de Ensino: Investigando a relação família-escola na rede técnica federal**. In: Anais do I Simpósio Pedagógico e Pesquisas em Educação. SIMPED 2006. Resende-RJ, AEDB Fundação Educacional Dom Bosco. Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Natal: UFRN, 2009.

RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: Possibilidades e desafios**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA; M.; RAMOS, M. (Orgs). Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **In. Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro. Escola Politécnica Joaquim Venâncio (org.) 2006.

SINDOCEFET-PR. **Educação Profissional: tendências e desafios**. Documento final do II Seminário sobre a Reforma do Ensino Profissional (27 e 28 de novembro de 1998, Curitiba).

SOBRAL, Francisco. **A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense**. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, SP, 2005.

SOUZA, Antônio de Abreu. **Educação Profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: CEFET – CE, 2005. (Coleção Atualidades em Educação).

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 3ªed. São Paulo: Libertad e Centro de Formação e Assessoria Pedagógica, 1995.

7 ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Mestrando: Everton Lopes Guimarães
Orientadora: Prof^a. Dra. Lia Maria Teixeira Oliveira

Prezado(a) ex-aluno(a),

Eu Everton Lopes Guimarães e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG (Antigo CEFET), pelo presente instrumento, convidamos você a participar do nosso trabalho de Dissertação que iremos apresentar como requisito para conclusão do Curso de Mestrado em Educação Agrícola, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, respondendo a este questionário.

O objetivo deste questionário é coletar subsídios que possam embasar nosso trabalho e, na medida do possível, contribuir para a melhoria da qualidade do Curso Técnico em Agropecuária, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Januária (IFNMG– Campus Januária).

O preenchimento das questões será de enorme valia para o projeto intitulado “A trajetória profissional dos egressos do IFNMG – Campus Januária”, para isso procure ser o mais sincero possível.

Para a devolução deste questionário, estamos encaminhando um envelope anexo e selado, você só precisará entregar numa agência dos correios ou colocar numa caixa do correio em sua cidade.

Na certeza de poder contar com sua imprescindível colaboração, antecipamos nossos agradecimentos.

Prof^o Everton Lopes Guimarães

QUESTIONÁRIO DE DIAGNÓSTICO

01) Em que ano conclui o Curso Técnico em Agropecuária? _____

02) Sexo: () masculino () feminino

03) Atualmente, qual a sua situação quanto à vida profissional?

- () trabalhando (vá para a pergunta 4)
- () trabalhando e estudando (vá para a pergunta 4)
- () apenas estudando (vá para a pergunta 14)
- () não está trabalhando nem estudando (vá para a pergunta 14)

- 04) A sua principal atividade de trabalho está relacionada com a área em que se formou?
- sim, totalmente (vá para a pergunta 6)
 - sim, parcialmente (vá para a pergunta 6)
 - não (vá para a pergunta 5)

- 05) Por qual motivo você está atuando fora da área de sua formação técnica?
- não encontrou trabalho na área de formação
 - salário não compensador
 - exigência de experiência profissional
 - oferta de trabalho fora do meu atual domicílio
 - minha formação profissional está fora das exigências de mercado
 - não tenho vocação para trabalhar nesta área
 - outro motivo: _____

- 06) Qual a sua principal área de atuação?

- agroindústria
- comércio
- educação
- agricultura
- pecuária
- outra área: _____

- 07) Como se sente em relação a sua atividade profissional?

- muito satisfeito
- satisfeito
- neutro
- insatisfeito
- muito insatisfeito

- 08) Que tipo de vínculo empregatício você tem?

- empregado com carteira assinada
- empregado sem carteira assinada
- empregado público concursado
- empregado em contrato temporário
- autônomo/prestador de serviço
- proprietário de empresa ou comércio
- estagiário
- desempregado

- 09) Qual o principal tipo de atividade que você exerce no seu trabalho atual?

- atividade técnica
- atividade administrativa
- atividade gerencial
- atividade comercial
- outra atividade: _____

- 10) Onde está localizado o seu trabalho atual?

- no município onde realizou o curso técnico
- com distância de até 100 km onde realizou o curso técnico
- com distância de 100 a 200 km onde realizou o curso técnico

com distância superior a 200 Km onde realizou o curso técnico

11) A sua remuneração mensal hoje se enquadra em qual faixa:

- até 1 salário mínimo
- entre 1 e 2 salários mínimos
- entre 2 e 3 salários mínimos
- entre 3 e 5 salários mínimos
- entre 5 e 7 salários mínimos
- entre 7 e 10 salários mínimos
- acima de 10 salários mínimos

12) Quanto tempo trabalha na área técnica em que se formou?

- menos de um ano
- entre 1 e 2 anos
- entre 2 e 3 anos
- entre 3 e 5 anos
- mais de 5 anos
- nunca trabalhou na área técnica

13) Na sua opinião, os conteúdos estudados durante a realização do Curso Técnico em Agropecuária:

- sempre foram adequados às exigências do trabalho
- nem sempre foram adequados às exigências do trabalho
- quase nunca foram adequados às exigências do trabalho
- nunca foram adequados às exigências do trabalho

14) Na região em que você vive, como são as ofertas profissionais para o Técnico Agropecuário?

- há muitas ofertas de emprego
- há algumas ofertas de emprego
- há poucas ofertas de emprego
- há pouquíssimas ofertas de emprego
- praticamente não há ofertas de emprego

15) Na sua opinião, como o mercado remunera os Técnicos Agropecuários?

- melhor do que em outras áreas técnicas
- equivalente a outras áreas técnicas
- de forma pior do que nas outras áreas técnicas
- não sei

16) Após a conclusão do Curso Técnico em Agropecuária, você:

- já concluí um curso superior. Qual? _____
 - Faço um curso superior. Qual? _____
 - estou me preparando para tentar um curso superior. Qual? _____
 - outra situação. _____
-

17) Como você avalia o IFNMG – Campus Januária quanto a sua função social ?

- ótimo
- bom
- regular
- ruim
- péssimo

18) Comente sobre a sua trajetória profissional relacionada à formação obtida no IFNMG – Campus Januária.

19) Como você avalia a formação profissional obtida nas disciplinas ligadas à agropecuária no Curso Técnico obtido no IFENMG – Campus Januária?

- ótimo
- bom
- regular
- ruim
- péssimo

20) Faça comentários e/ou sugestões no que diz respeito às áreas de conhecimento profissionalizantes no Curso Técnico em Agropecuária:

21) Na sua percepção, a formação adquirida nas disciplinas ligadas à educação básica (química, física, português, matemática, biologia, inglês....) no Curso Técnico em Agropecuária cumpriram com a função de socialização para uma profissão no setor primário?

22) Quanto à continuidade de seus estudos, você se mantém atualizado? Comente a forma que mais utiliza ou entende que seja melhor para dar continuidade aos estudos de atualização.

MUITO OBRIGADO PELA ATENÇÃO.
A SUA OPINIÃO FOI MUITO IMPORTANTE PARA NÓS!